

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 14-8-2017.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aírto Ferronato, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Luciano Marcantônio, Mauro Pinheiro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 026/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 203/13, 142 e 204/17 (Processos nºs 1626/17, 1897/13, 1226 e 1773/17, respectivamente), de autoria de Marcelo Sgarbossa; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 197 e 202/17 (Processos nºs 1702 e 1756/17, respectivamente), de autoria de Mauro Zacher; e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 031/17 (Processo nº 1818/17), de autoria de Roberto Robaina, Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Silmar Silvério Maximo, Presidente da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre, que discorreu sobre o Projeto Mãos Dadas, reciclagem e oficinas desenvolvidas por essa associação. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Adeli Sell, Fernanda Melchionna, Cassiá Carpes, Tarciso Flecha Negra, Idenir Cecchim e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca do assunto tratado durante a Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e cinco minutos às quatorze horas e trinta e sete minutos. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Roberto Robaina e Reginaldo Pujol. A seguir, foram apregoados Requerimentos de autoria de João Carlos Nedel, deferidos pelo Presidente, solicitando desarquivamento dos Projetos de Lei do Legislativo nºs 228, 229, 249, 250, 251, 252, 253, 254 e 257/16 (Processos nºs 2318, 2319, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522 e 2562/16, respectivamente). Ainda, foi apregoadado o Ofício nº 1327/17, do Prefeito, informando que se ausentará do Município nos dias nove e dez de agosto do corrente, ocasião em que participará do 1º Congresso Gaúcho de Cidades Digitais, na cidade de Bento Gonçalves – RS. A seguir, o Presidente registrou o COMPARECIMENTO, neste Legislativo, de Ramiro Rosário, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, concedendo a palavra a Sua Senhoria, que discorreu sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Após, o Presidente concedeu a palavra a Roberto Robaina, André Carús, Reginaldo Pujol, Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni, Fernanda Melchionna, Luciano Marcantônio, Cassiá

Carpes, Tarciso Flecha Negra e Felipe Camozzato. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, André Carús, Moisés Maluco do Bem e Mauro Zacher. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Ramiro Rosário. Os trabalhos foram suspensos das dezessete horas e onze minutos às dezessete horas e doze minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudio Janta e Sofia Cavedon. Na ocasião, foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Bosco Vaz, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 182/16 e 143/17 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 011, 012, 013, 014, 015 e 017/17, estes discutidos por Reginaldo Pujol, Cassiá Carpes e Adeli Sell; em 2ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 009/17, discutido por Sofia Cavedon, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 020, 022 e 032/17, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 009 e 010/17, este discutido por Reginaldo Pujol e Aldacir Oliboni, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 127, 169, 193 e 210/17 e os Projetos de Lei do Executivo nºs 035/16 e 016/17, este discutido por Cassiá Carpes e Adeli Sell, e 018/17, discutido por Adeli Sell. Às dezessete horas e cinquenta e sete minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo, Cláudio Janta e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre, que tratará de assunto relativo a projeto Mãos Dadas, reciclagem, oficinas, entre outros. O Sr. Silmar Silvério Maximo, presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. SILMAR SILVÉRIO MAXIMO: Boa tarde, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, os trabalhos que vocês estão vendo aqui em cima da mesa são os moradores de rua que fizeram, são artesanatos, eles já saíram das ruas, estão no Centro de Recuperação Crejó (Mostra Foto). Sobre esta foto aqui, posso dizer para os Srs. Vereadores que foi na gestão João Verle, nós fomos um dos pioneiros da pista de eventos do Porto Seco. Quando tem carnaval, aquilo lá é uma beleza! Quando termina o carnaval, vira uma bagunça, fios arrancados, e ninguém faz nada.

Também estou aqui para defender a FASC. A FASC já saiu da UTI. Agora está na CTI. Está em estado de coma. Está morrendo. Na quinta-feira estive lá para falar com o presidente sobre uma pessoa que mora na rua, a Dona Helena, que tem 82 anos. Com chuva ou vento, ela está ali na Praça Parobé. Fui tentar conseguir o Programa Minha Casa, Minha Vida para ela, e ele disse que não poderia fazer nada. Eu disse para

ele: “Então, levanta o seu traseiro dessa cadeira e dá lugar para outro!” Porque tem que ter serenidade humana. Onde está a lei do idoso? Onde estão aquelas equipes de abordagem? Sumiram tudo. Fizemos uma reunião na sexta-feira com a Associação dos Moradores de Rua, junto com os *hippies*. Vou dizer para os Srs. Vereadores: vocês têm 15 dias para resolver; senão, nós vamos invadir a FASC – quem entra não sai, quem está lá dentro não vai sair. Nós fizemos isso na gestão Kevin Krieger.

Também posso dizer para vocês que o projeto que entreguei a alguns Vereadores eu acho que foi usado no banheiro. Marquei com a Ver.^a Nádia no dia 07 de agosto, e ela me deixou ali esperando, de manhã até não sei que hora, e não apareceu. Tentei marcar com o Prefeito Marchezan, a Secretária me disse que só poderia marcar a agenda para 13 de novembro. Para o Paim, então, pior ainda! Tem moradores de rua morrendo no frio, os albergues não estão dando conta. O Minha Casa, Minha Vida é só uma história. E aí estão dando dinheiro para o aluguel social e dizem que não tem dinheiro – R\$ 450,00. O cidadão arruma lá o endereço do Presidente da Câmara, dá R\$ 150,00 para ele, supomos, e o resto ele pega para a droga e vai dormir na rua. Eu acho que isso aí... Não tem dinheiro para uma coisa, como é que tem para outra?! Eu acho que teria que juntar a Secretaria de Direitos Humanos com a FASC, porque a Secretaria de Direitos Humanos paga aluguel lá na André da Rocha. Junta tudo num prédio só ali, coloca algumas secretarias com outras, não fizeram isso com algumas? Então façam essa experiência.

Sra. Fernanda Melchionna, um Vereador desta Casa disse para mim uma vez: “Nunca descobri o que tu fazes todo o dia aqui!” Aí eu virei a cara, olhei bem dentro dos olhos dele e disse: “Eu faço a mesma coisa que o senhor faz: nada!” Não vou falar o nome desse Vereador, por isso é que ele não está aqui junto com vocês. O mesmo que falou para o Cláudio Janta o que ele fazia lá na Petrobras. Tem Vereadores que dizem que visitam moradores de rua, mas nunca visitaram. O Alceu Brasinha disse que morou na rua, mas nunca ajudou o povo dele. É! São tudo caça-voto: na época de eleição, vão lá e abraçam até o mendigo, mas, depois que passa a eleição, esquecem do ser humano. Tem o tal de “João plenário”, só vem na Câmara quando tem plenário. Eu acho que vocês têm que trabalhar.

E uma coisa vou dizer: nós estamos preparando lá no Centro de Recuperação dois candidatos a Deputado, um Deputado Federal e outro Deputado Estadual, vocês vão ter uma surpresa. Essa é a palavra que eu quero dizer. Apoiem o nosso projeto, vamos salvar a FASC, vamos salvar a Prefeitura! Vamos dar uma chance para o Nelson Marchezan, porque a recém ele saiu das fraldas, né? Foi assim com o Fortunati, foi assim com o Fogaça, foi assim com o Verle, temos que dar uma chance, um ano e meio para ele mostrar que está fazendo alguma coisa. Era só isso que eu queria dizer. Ver. Mauro Pinheiro, este presente é seu! Este é para a Ver.^a Fernanda. Estes são para o Ver. Adeli e o Ver. Cassio.

(Procede à entrega de um mimo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Convido o Sr. Silmar a fazer parte da Mesa. O Ver. Adeli Sell está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ADELI SELL: Presidente Cassio, caríssimo Silmar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores – nossa Líder, Ver.^a Sofia Cavedon; Ver. Oliboni e este Vereador –, saúdo V. Sa., que veio aqui mostrar esforço que várias entidades estão realizando na cidade de Porto Alegre. Na verdade, Silmar nós precisamos fazer uma grande frente em defesa da cidade de Porto Alegre, em que trabalhem junto às associações de moradores, os grupos que atendem moradores de rua, pessoas que têm problemas com droga e álcool, temos que passar pelos nossos CAPs, pelos nossos albergues, pelos grupos de artesanatos, enfim. Dessa maneira, nós poderemos levantar uma cidade solidária, uma cidade com humanismo.

O que nós estamos fazendo hoje e que temos que fazer hoje é o que fez o grande Herbert de Souza, o Betinho: não fez caridade! A ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria, que o Betinho fez, que empolgou tanto o Brasil nos anos 90, deve ser revivido por nós e com as associações de moradores, com pessoas como tu e outros, que se empolgam e lutam pelo bem-estar e pela dignidade da pessoa humana. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Presidente Cassio. Quero cumprimentar o Silmar – em meu nome, em nome do Ver. Roberto Robaina, do Ver. Prof. Alex –, que mais uma vez ocupa aqui a Tribuna Popular para discutir um tema muito importante. Aliás, cobrar – não é, Silmar? – que algo seja feito pela população em situação de rua, porque nós temos visto que, lamentavelmente, a situação tem se agravado. Na mesma medida em que o Governo tem diminuído os investimentos, as políticas públicas, as equipes de assistência, as verbas para a FASC – tu falaste sobre a FASC, especificamente -, tem aumentado o número de pessoas que acabam em situação de rua, porque aumentou o desemprego, aumentou o número de pessoas que vêm do Interior e não conseguem acomodação na Capital, as vítimas da violência, as pessoas corridas pelo tráfico da comunidade, a questão do álcool e drogas... É uma série de coisas que leva milhares de pessoas, e já são mais de cinco mil pessoas em Porto Alegre, a uma situação de rua. Nós estamos muito preocupados, porque, na medida em que a crise se agrava, a situação fica pior ainda para o povo. E infelizmente as medidas do Governo Marchezan têm sido de aumentar a crise, penalizando ainda mais os serviços públicos, que é o que a população mais precisa neste momento.

Então, queria te cumprimentar, dizer que podes contar com a Bancada do PSOL nesta luta e que é fundamental ter unidade entre os movimentos para que se defenda a assistência social, os investimentos e para que se defendam ações necessárias para garantir direitos à população em situação de rua. Pode contar conosco.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Presidente, quero saudar o Silmar Silvério Maximo, realmente ele está sempre aqui trazendo uma novidade. Ele cria, ele quer mostrar para a sociedade que ele está vivo, ou seja, quer viver com a sociedade. Então, traz um exemplo positivo, porque os que moram na rua têm vários aspectos, e o Maximo traz aqui vontade de construir alguma coisa, de lutar por alguma coisa, pode ser até mal interpretado, mas eu tenho certeza, Maximo, que tu és um lutador, estás sempre lutando pelas tuas reivindicações. E a Câmara é sensível, mostra a sua grandeza quando, democraticamente, Dr. Goulart, dá oportunidade de as pessoas se expressarem. Uns gostam, outros não gostam, mas isso faz parte do dia a dia da Cidade.

E tu és, sem dúvida, uma pessoa fora de série, que luta o dia inteiro, que dá opinião, que tem ideias e que faz um trabalho muito bonito, que eu já presenciava. Já fui colaborador teu, já senti a tua vontade de mostrar o teu serviço, o teu dom, e isto é muito importante. Parabéns por ter vindo a esta Casa. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu quero também cumprimentar o Silmar pela sua bravura. Você é um cara solidário, um cara muito humano. Mas eu quero dizer também que não é só o Rio Grande do Sul, só Porto Alegre; é o Brasil todo, Presidente. Eu acho que nós temos que começar lá pelo Senadores até os Vereadores; fazer uma grande frente, assim como disse o Adeli, e começar esta luta, porque aqueles lá de São Paulo, de Minas, do Rio, do Ceará, de todo o Brasil, são seres humanos iguais aos daqui. Então, começamos aqui, nós, Vereadores, e comecem uma grande frente em Brasília, com os Senadores e Deputados Federais e Estaduais. Aí, sim, vamos dar dignidade aos moradores de rua, que são seres humanos iguais à gente. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o nosso palestrante de hoje pelo menos veio a rigor: de gravata, de casaco. Eu não fiquei com ciúmes, Presidente, da garrafa que V. Exa., o Mauro Pinheiro e o Adeli ganharam, porque ele já me presenteou com duas garrafinhas.

Eu acho o seguinte: pelo menos, nós ouvimos um autêntico frequentador da Câmara e frequentador da comunidade dele. Algumas coisas ele exagerou, mas sobre muitas ele falou a verdade – dura, mas é a verdade. A FASC realmente tem que ser repaginada com as atividades que ela deve desempenhar. Então, vamos ouvindo essas pessoas que são lá do povo e lá da Vila Minuano, pertinho do valão, que tem muita enchente. Essas pessoas falam a verdade, falam com a alma. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, quero cumprimentar o nosso amigo Silmar Silvério, Presidente da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre. Prestei a atenção, Silmar, no teu desabafo e tenho acompanhado o teu trabalho ao longo dos anos e a tua dedicação em trabalhar pelas pessoas que mais necessitam nesta Cidade.

Algumas coisas me chamaram a atenção. O Silmar falou que tem que dar um tempo para o Prefeito trabalhar e para poder cobrar. Realmente, vou dizer, hoje, à frente da FASC, está uma pessoa que tem conhecimento e está fazendo um belo trabalho, que é o Solimar. Apesar dos muitos problemas e dificuldades que ele vem enfrentando, tenho certeza de que a FASC está em boas mãos.

Outra questão é a que tu falaste, a reciclagem. Hoje, temos a oportunidade de ver, pois o Guaíba baixou, a quantidade, Ver. Cassio Trogildo, de lixo na beira do Guaíba. A gente cobra tanto o serviço público de buscar, de tirar o lixo, catar o lixo, mas as pessoas também precisam ter a consciência de botar o lixo no lugar certo. Então, a reciclagem é uma coisa importante hoje e a educação, para que possamos ter uma vida melhor na nossa Cidade, para diminuirmos os gastos com o cuidado com o lixo, para que possamos usar os recursos, quem sabe, com os moradores de rua, com tantas necessidades como a FASC tem. Parabéns, Silmar, pelo teu trabalho, continue trabalhando pela nossa Cidade. Parabéns!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Agradecemos a presença do Sr. Silmar Silvério Maximo, Presidente da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h35min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h37min): Estão reabertos os trabalhos. Informo que, conforme o combinado com a Liderança do Governo, teremos o comparecimento do Secretário Ramiro Rosário próximo às 15h; está confirmada a vinda.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Sr. Presidente, Ver. Cassio Trogildo; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, telespectadores da TVCâmara, eu, neste Grande Expediente, acho que vale a pena fazer uma consideração geral sobre a situação nacional e, a partir dessa consideração geral, iluminar e especificar o debate aqui de Porto Alegre, dos problemas da nossa Cidade e dos desafios que estão postos para a classe trabalhadora, para a juventude, para as pessoas que querem, de fato, uma vida melhor.

Hoje, no Brasil, todos sabem, temos uma crise nacional grave. É a maior crise, certamente, dos últimos 30 anos, pelo menos; uma crise econômica que só pode ser comparada com a crise dos anos 1930, uma crise econômica gravíssima e uma ausência de perspectiva, uma ausência de alternativa. Atualmente, nós temos um quadro nacional, onde não há, pelo menos ainda, uma alternativa política e econômica diante dessa grave crise. A expressão máxima da crise, evidentemente, é fato de nós termos um Governo ilegítimo, marcado pela corrupção. Um nível de corrupção tão grande, que levou o Procurador-Geral da República a pedir a investigação deste Presidente da República. É inédito, na história do País, o Procurador da República pedir que o Presidente da República seja investigado. Todos acompanharam a vergonhosa Sessão da Câmara dos Deputados que impediu que essa denúncia seguisse. E nós sabemos, também, que, antes de deixar o cargo, o Procurador Janot vai fazer uma nova denúncia, porque os crimes do Presidente Temer são inúmeros. Isso é expressão máxima da gravidade da crise nacional. E o fato de nós termos um Presidente com a popularidade que não chega a 4% a favor. Apesar de não ter popularidade, a pesar de não ter legitimidade e apesar de estar envolvido em escândalos de corrupção de todo o tipo, segue sendo Presidente da República. Evidentemente, num quadro como este, não há possibilidade de ter perspectiva, a não ser que a população se organize, se mobilize e indique um novo rumo para o País.

Esse é o desafio que está posto. Não é um desafio fácil, nós sabemos que esta crise econômico-social não vem de hoje. Nós tivemos o início dessa crise a partir de 2011. A crise econômica no Brasil começou a ter a sua expressão inicial em 2011. Nós sabemos, como resposta a um sistema político que não representa mais a sociedade, tivemos, no ano de 2013, um grande levante popular e juvenil, cuja bandeira era a defesa dos interesses públicos do serviço público de qualidade, da educação pública de qualidade, da saúde. Essa grande mobilização juvenil e popular de 2013 assustou o sistema político a tal ponto que levou, inclusive, algumas medidas a serem aprovadas, do tipo o instituto da delação premiada, fez com que o sistema político tremesse pela primeira vez depois de muitos anos, porque, de fato, a juventude mostrou a sua indignação.

Esse 2013 foi uma mudança muito importante, pois foi a primeira vez, depois de muitos anos, que o eixo da política passou a ser o processo de mobilização nas ruas das grandes cidades. Esse 2013 foi um ano especial, porque era um ano em que ainda estava a Presidente Dilma. Nós tivemos a eleição de 2014, quando os políticos tradicionais fizeram de conta que não tínhamos tido uma grande revolta juvenil e popular em 2013, fizeram promessas – no caso da presidente Dilma, que ganhou a eleição – que, depois, não foram cumpridas, não foram levadas adiante, provocando o aumento do descontentamento popular. A partir daí, houve uma organização da direita no País, que tratou de levar também para o terreno das ruas a luta política, organizando mobilizações que tiveram peso de massa não porque as pessoas que se mobilizaram, em 2015 e 2016, queriam seguir o PSDB, o PMDB, o PP, os partidos tradicionais, da direita brasileira, mas porque havia um descontentamento generalizado, e esses partidos políticos acabaram capitalizando esse descontentamento.

Houve, de fato, um acordo político entre o PMDB, que antes era parte do Governo Dilma, e a direita do País, fizeram um acordo para conseguir, através de um golpe parlamentar, colocar o Presidente Temer na Presidência da República, com base em um acordo fundamental entre eles, que era tirar o Governo do PT para aprofundar as reformas que o próprio PT havia começado e não conseguiu implementar. Não é à toa que o primeiro ministro da Dilma, após as eleições, foi Joaquim Levy, que começou a aplicar reformas antipopulares que o Governo Temer agora está aplicando num nível absurdamente superior: a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, um ataque a todo tipo de direito dos trabalhadores e da juventude. Essas medidas que o Governo Temer têm adotado são medidas que, ao invés de resolver os problemas do País, agravam a crise nacional.

Nós ainda não tivemos mobilizações com capacidade de construir uma alternativa, justamente porque nós tivemos, ao longo desse período, essa grande decepção com a cúpula do PT, foram milhões de pessoas que acreditaram no projeto do PT, decepcionaram-se com esse projeto e não veem mais o PT como alternativa. Então, o País fica numa situação de impasse político, onde nós temos um governo ilegítimo que aplica medidas antipopulares e, por outro lado, temos uma oposição majoritária que não tem disposição de fazer um enfrentamento pesado com este governo e que tão pouco tem o apoio popular necessário para justamente capitalizar o descontentamento

nacional e apresentar uma alternativa, até porque essa oposição majoritária foi a oposição que governou junto com o próprio PMDB. Esse impasse nacional é um impasse grave.

Um impasse grave por quê? Diante da crise econômica e da crise social, o que nós temos visto em nível nacional – isso se expressa no nosso Município – são medidas de ataque aos direitos dos trabalhadores, aos direitos da juventude. No plano nacional, a política é de ataque apenas aos trabalhadores e à classe média, porque a elite milionária deste País continua com os seus privilégios intocáveis. Nós tivemos agora um artigo de um economista na Folha de São Paulo, Sérgio Gobetti, mostrando que no país há 0,05% da população – não mais que 70 mil pessoas – que recebem mais de R\$ 5 milhões por mês. São os proprietários das grandes empresas que auferem altíssimos lucros, são os acionistas do mercado financeiro que recebem os altos juros, não passam de 70 mil pessoas. Pois essas 70 mil pessoas não contribuem mais do que com 7% da sua renda para a carga tributária nacional. Portanto, a ínfima minoria da elite deste País não paga tributos. Só quem paga e é tributado é a classe trabalhadora, que é tributada na folha salarial das empresas; a classe trabalhadora e a classe média, que é tributada no consumo. A propriedade e a renda efetivamente não são tributadas em nosso País, tanto é assim que são 70 mil pessoas apenas. Não mais do que isto: 70 mil pessoas num País de 200 milhões.

Nós, do PSOL, temos, sim, um posicionamento político que coloca claramente que essa elite – não estou falando dos 10% mais ricos, cuja média salarial é de sete, oito ou dez mil reais – que recebe R\$ 5 milhões por ano não paga uma carga tributária correspondente, só 7% do que recebem de renda, e não são tributados. O País precisa – e essa é a posição do PSOL – tributar essas riquezas, portanto tributar os dividendos, tributar as grandes fortunas, tributar herança, caso contrário só o que nós teremos é o que nós temos visto atualmente: aumento de tributos para a classe média e para a classe trabalhadora. Aqui em Porto Alegre o Governo Marchezan, infelizmente, tem a mesma lógica; aqui no Governo Marchezan – e tivemos a Tribuna Popular antes – temos visto o desmonte da FASC, e não é um desmonte qualquer. Nós temos visto o desmonte de serviços públicos fundamentais, como o desmonte do DEP, e, além do mais – vamos ter o Secretário aqui –, temos escândalos de corrupção recorrentes que não são combatidos. Nós temos a ameaça da privatização do DMAE, temos o ataque sistemático aos servidores municipais, seja no início do ano aos professores municipais, seja agora aos trabalhadores de um modo geral do Município de Porto Alegre, nós temos os ataques à população pobre da Cidade e aos mais necessitados que precisam da segunda passagem e que o Governo Marchezan, por decreto, resolveu cortar, e ele o fez por decreto, porque sequer na Câmara de Vereadores ele tem maioria para aprovar essa medida. Como ele não tem maioria, mesmo numa instituição que é bastante favorável às suas medidas, de um modo geral, neste caso específico ele não conseguiu apoio da Câmara de Vereadores e fez por decreto o corte da segunda passagem; faz também o ataque aos estudantes, aos idosos. Então, o Governo Marchezan tem a lógica do ajuste fiscal contra os interesses populares.

Nós vamos ter agora a sua proposta de IPTU. Nós, da oposição, não tivemos ainda condições de estudar o projeto que vai chegar hoje aqui na Câmara, só sabemos dele pela imprensa, mas já sabemos que a taxaçoão sobre as propriedades não será progressiva. Pelo que saiu na imprensa, sabemos que vai haver aumento da tributaçoão para setores da classe média, mas não vai haver uma tarifa que atinja as mansões, as propriedades imobiliárias que valem mais de R\$ 5 milhões ou R\$ 7 milhões, que são as que teriam que ser taxadas efetivamente. Então nós, evidentemente, vamos estudar o projeto.

O fato é que o Governo Marchezan tem essa lógica do enfrentamento. Para a Câmara de Vereadores, o desafio está posto. Se a Câmara de Vereadores quer, de fato, cumprir um papel importante na Cidade, deve articular propostas capazes de melhorar a situação das pessoas em Porto Alegre. A Câmara de Vereadores tem essa obrigaçoão de pensar propostas políticas que defendam a saúde pública; que defendam a educaçoão pública; que defendam, por exemplo, a rejeiçoão ao projeto que o Governo quer fazer de ataque aos servidores públicos, porque o ataque aos servidores públicos só leva ao aumento da recessão e à reduçoão da qualidade do serviço público. A Câmara de Vereadores não pode aceitar ser avalista das políticas do Governo Municipal. Esse é o desafio que, para nós, está posto. Nós, do PSOL, apostamos na necessidade da organizaçoão e da mobilizaçoão popular. Está claro que, para que o nosso País tenha uma soluçoão para a sua crise, será necessária uma intensificaçoão da organizaçoão e da mobilizaçoão popular. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, por paradoxal que pareça, hoje, metade do mês de agosto, pela vez primeira nesta legislatura ocupo a tribuna neste horário especial. Por uma razão qualquer, no primeiro semestre, eu perdi a oportunidade de assim fazer.

Eu conversava com a Presidência da Casa há pouco. Por várias situações, venho concordando com o Ver. Robaina, e nós estávamos postergando o uso da tribuna nessa possibilidade. Isso permite que eu me debruce sobre um projeto de atuação na Casa, neste semestre, que eu havia estabelecido durante o recesso, de priorizar três assuntos como base de atuação. Um deles, coincidentemente, foi objeto da Tribuna Popular com a presença aqui dos representantes da Associação dos Moradores de Rua da Grande Porto Alegre a respeito dos Projetos Mãos Dadas, Reciclagem, Oficinas, entre outros. De outro lado, vários projetos constam na nossa Pauta e dizem respeito ao transporte coletivo da Cidade cujo custeio era uma das três metas que eu havia estabelecido para este semestre. E, por derradeiro, um assunto do qual eu não me demito, a regularizaçoão fundiária, que cada vez mais é necessária na cidade de Porto Alegre com a eternizaçoão de determinadas situações que, sob todos os aspectos, são

prejudiciais ao desenvolvimento da Cidade e, especialmente, as suas vítimas diretas. Ou seja, aquelas famílias de baixa renda que, no desespero de ter acesso a um canto para morar, acabaram produzindo situações de mais absoluta irregularidade. Ver. Márcio, V. Exa. tentou lá na Secretaria resolver e em grande parte conseguiu alguns avanços. Eu acho que a Casa tem que, objetivamente, se debruçar sobre ela. Quanto ao custeio do transporte coletivo, nada mais oportuno o debate que agora se instala aqui na Casa.

Seis projetos de origem do Executivo, no mínimo, demonstram a coragem do Prefeito em abordar um assunto que tem sido um tabu em Porto Alegre e que vem sendo postergado governo após governo, quando não aprofundado na sua mais odiosa faceta, que é a transferência do suporte do custo tarifário estritamente para os usuários do transporte da Cidade, numa cruel situação que, no Brasil inteiro, se enfrenta com uso de recursos orçamentários e que, aqui em Porto Alegre, fica exclusivamente fixado ao custo da passagem, que é suportado por 2/3 dos usuários que pagam por si e por aqueles outros que as leis nacionais, estaduais e municipais provocaram a sua isenção.

Eu acho, Sr. Presidente, que as seis proposições encaminhadas à Casa pelo Prefeito Marchezan Júnior, como disse, demonstram, no mínimo, a coragem de enfrentar esse assunto. Não enfrentam totalmente o dilema, mas abrem uma ampla possibilidade de que a Casa, em cima da abertura que essas seis proposições conduzem, enfrente com maior profundidade esse dilema de como retirar esse excessivo ônus dos usuários do transporte coletivo, que muitas vezes estão cobrindo e custeando o transporte de pessoas cuja renda é superior àquela do usuário em referência.

Por isso, Sr. Presidente, e nós vamos ainda hoje provavelmente enfrentarmos uma decisão de constituirmos uma Comissão Especial para coletivamente examinar essas proposições, eu quero enfatizar a relevância desse assunto e, mais do que isso, a importância com que esse trabalho deve ser desenvolvido, na medida em que a grande maioria da população não conhece no detalhe essa forma odiosa de custear o transporte coletivo na cidade de Porto Alegre, estabelecendo gratuidades ou benefícios especiais a determinados setores da sociedade que atingem hoje cerca de 40% do total dos usuários do sistema e que evidentemente seu custo é suportado por aqueles que efetivamente pagam pelo uso do transporte coletivo na Cidade. Assim, Sr. Presidente, eu, com maior tranquilidade, anuncio a minha disposição pessoal de aprofundar o debate nesse particular. O Líder do Governo nesta Casa, Ver. Cláudio Janta, já, na Legislatura anterior, buscava a constituição dessa comissão, que agora irá se instalar, com a objetividade que ela precisa apresentar no enfrentamento desse problema e na busca de alternativas e licitações. O dilema é pesado. No Brasil todo, o ônus desses benefícios é suportado pela sociedade como um todo, na medida em que, em cidades como São Paulo, se colocam três bilhões de reais à disposição do sistema para custeio desses benefícios. É evidente que essa cifra assusta, seria aqui em Porto Alegre como a metade de todo o seu orçamento. E qualquer iniciativa que se buscasse nesse sentido, de alterar a forma de financiamento desses benefícios, esbarraria na realidade econômica do Município, sabidamente carente, dificultado e agravado pela situação crítica da economia brasileira.

Assim, Sr. Presidente, encaminho essa proposição e sobre ela pretendo me debruçar. Digo, com toda a lisura, que reconheço o comportamento e a postura de várias Lideranças que pensam diversamente da minha e que sustentam a necessidade de que o transporte de passageiro por ônibus em Porto Alegre seja estatizado. Eu tenho posição diametralmente contra essa situação, porque conheci no passado, ainda menino, o que representava o transporte público em Porto Alegre ser realizado só por empresas estatais, sua desorganização, seu conflito e sobretudo sua ineficiência. Hoje essa situação não mudaria em nada, pelo contrário, se agravaria. No Brasil todo, já disse, nos lugares onde, no transporte, esses benefícios semelhantes ao nosso são concedidos, custam ao erário valores que, tenho absoluta certeza, Porto Alegre não tem condições de suportar. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, há necessidade de que essa comissão, sem nenhum preconceito, sem nenhuma predisposição, analise, com toda a profundidade, essa realidade e busque transformar esse cenário. É uma forma de fazer justiça com os mais pobres desta Cidade, com aqueles que andam de ônibus porque não têm acesso a outros tipos de transporte e que cada vez pagam mais caro pela passagem, que, dia a dia, se transforma, de um lado, em insuficiente para quem recebe e, de outro, absolutamente inacessível para quem custeia. Duro paradoxo que, necessariamente, nós temos que enfrentar de peito aberto, coração aberto, tranquilos, serenos, sem preconceito, buscando, quem sabe, caracterizar esta Legislatura como a Legislatura, em Porto Alegre, que enfrentou com objetividade esse problema e apresentou algum tipo de solução. É a minha expectativa, Sr. Presidente, e, sobretudo, a minha disposição de trabalho neste período.

Os outros dois assuntos estabelecidos como metas do meu trabalho têm que ser também discutidos e, da mesma forma como este, são complexos. A questão dos moradores de rua, que tem, inclusive, problemas de ordem constitucional, de conceitos que predominam e que, no meu entendimento, são equivocados quando sustentam que, dentro do princípio do ir e vir, podem se eternizar situações que hoje nós registramos no cotidiano da nossa Cidade, com pessoas morando de forma definitiva e, até mesmo, estabelecendo uma espécie de posse provisória de determinadas áreas da cidade de Porto Alegre, como o Viaduto Otávio Rocha e outros tantos, que precisam ser examinados e abordados com a disposição de corrigi-los naquele estreito limite que a legislação nos permite. Legislação essa que, no meu entendimento, precisa ser mais bem interpretada pelos órgãos judiciários brasileiros, que vêm, *data vênia* – é minha opinião –, de forma equivocada, definindo e interpretando esses problemas. Por derradeiro, quase que conjugada com esses outros dois problemas, a regularização fundiária necessária em vários recantos de Porto Alegre, muitos dos quais frutos da omissão do próprio Poder Público; outros tantos, decorrentes do desespero de pessoas que, não tendo onde morar, foram até estimuladas a algumas práticas negativas, como a invasão, agora transformada pelo nome de ocupação, que não deixa de se constituir num avanço irregular na propriedade ora pública, ora privada.

Por isso, Sr. Presidente, fixei nesses três patamares a minha ação político-legislativa nesta Casa e fora dela durante este semestre legislativo. E já começo por solicitar, como efetivamente solicitei, ao Líder do meu bloco, Ver. Mauro Pinheiro, que

inclua o meu nome na comissão, que haveremos de decidir hoje ou em muito breve, para possibilitar a sua instalação. É uma comissão que irá, por requerimento da Mesa da Casa, encarar, por determinado espaço de tempo, examinar essas matérias constantes dos seis projetos encaminhados ao nosso exame pelo Prefeito Marchezan Júnior, que dizem respeito ao transporte coletivo da Cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente, e devolvo a palavra a V. Exa. no exato momento em que ele se conclui – o tempo que regimentalmente é colocado a minha disposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo e defiro os Requerimentos de autoria do Ver. João Carlos Nedel solicitando desarquivamento dos seguintes projetos: PLL nº 228/16, PLL nº 229/16, PLL nº 249/16, PLL nº 250/16, PLL nº 251/15, PLL nº 252/16, PLL nº 253/16, PLL nº 254/16, PLL nº 257/16.

Apregoo ofício nº 1327/17, do Sr. Prefeito Municipal, de 9 de agosto de 2017. (Lê.): “Ao cumprimentá-lo cordialmente, comunico a Vossa Excelência, conforme prevê a Lei Orgânica do Município, que estarei ausente do Município, no dia 9 de agosto do corrente ano, retornando no dia 10 de agosto (final da manhã), para participar, como palestrante, do 1º Congresso Gaúcho de Cidades Digitais, na cidade de Bento Gonçalves. Registro, por oportuno, que, na minha ausência, assumirá o Senhor Vice-Prefeito, Gustavo Bohrer Paim. Atenciosas saudações, Nelson Marchezan Júnior.”

Conforme combinado com as Lideranças de Governo, já está conosco o Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Ramiro Rosário, colega Vereador. Convido o Secretário a fazer parte da Mesa.

O Sr. Ramiro Rosário está com a palavra.

O SR. RAMIRO ROSÁRIO: Sr. Presidente, estimados colegas Vereadores de Porto Alegre, boa tarde. É um prazer vir aqui pela primeira vez conversar com vocês a respeito da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Estava dizendo para o Ver. Moisés Maluco do Bem que não havia sido convidado para vir aqui falar, que outros colegas de Governo já tiveram a oportunidade de vir aqui apresentar o trabalho das Secretarias, ouvir críticas, sugestões, ideias – afinal de contas, temos um Plenário em que diversos Vereadores tiveram a oportunidade de dirigir Departamentos, Secretarias; então é muito importante que possamos ter essa troca de ideias para o bem da nossa Cidade.

Vou fazer aqui uma apresentação muito rápida. O Presidente Cassio Trogildo disse que eu tenho 20 minutos, então, rapidamente vamos apresentar o que é a Secretaria e quais são as medidas e ações que nós tomamos a partir de janeiro, buscando uma integração maior dos serviços urbanos.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. RAMIRO ROSÁRIO: Primeiro, o que integra a Secretaria de Serviços Urbanos? Ficou sob a nossa responsabilidade buscar unificar a política de serviços, a articulação, o planejamento, a programação desses serviços na Cidade. Não é algo recente, Ver. André Carús, o desejo de diversos governos de buscar unificar os serviços e de se ter diversas iniciativas para fazer com que os serviços na ponta estejam funcionando de forma interligada. Eu mesmo, quando tive oportunidade de ser gestor de um centro administrativo regional, lembro que o Governo, naquela oportunidade, buscava, através dos conselhos gestores de território, uma maior interação desses serviços. E, por uma série de motivos, muito próprios do dia a dia, a gente sempre sentiu uma dificuldade grande de fazer com que o planejamento dos serviços fosse algo profícuo, algo realmente presente na Cidade.

A bem da verdade, os serviços da Cidade... Eu sempre dou como exemplo as praças, Ver.^a Sofia Cavedon. As praças são, na verdade, um objeto próprio único de uso daquele espaço pela comunidade para que ela possa ali usufruir com o filho ou levar a família, o cachorro para passear no final de tarde. Se a praça está com a grama em dia, se está com a limpeza em dia, mas a iluminação pública não está adequada, a praça não está boa. Da mesma forma, nada adianta ter uma praça com iluminação pública adequada, com as podas de árvore bem feitas, Ver. Alvoni, mas o mato estar alto. A praça é um produto, e ela deve ser entregue à população como um todo.

Ficou, então, sob responsabilidade da nossa Secretaria, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, e isso contempla todos os serviços por ele realizados, como o corte de grama roçada, a capina, a coleta seletiva, a coleta automatizada e a própria limpeza das praças, como antes eu referia. Ficou também sob o guarda-chuva da Secretaria, Ver. Wambert, as áreas de serviços do Departamento de Esgotos Pluviais – DEP e do Departamento Municipal de Água e Esgotos – DMAE. Então, tudo que precisa de manutenção, precisa de conservação fica sob a nossa responsabilidade. Desde o conserto de determinada rede à dragagem de arroios à limpeza de bocas de lobo. A Divisão de Iluminação Pública vinculada à antiga SMOV também passa para a nossa responsabilidade, assim como o setor de arborização, então podas e supressão de árvores em vias urbanas e praças também estão sob a nossa responsabilidade. E nós colocamos aqui a Divisão de Conservação de Vias Urbanas – a DCVU, porque nós atuamos de forma assistente na parte de programação de serviços junto à Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, que tem, de fato, a prerrogativa por tocar essa divisão e de realizar operações como a tapa-buraco, que tem sido divulgada à população.

Aqui eu vou passar rapidamente para que os colegas Vereadores tenham noção da nossa capacidade de atendimento hoje dentro da Secretaria de Serviços Urbanos. Nós temos aqui uma série de discos em que vocês podem acompanhar, desde 1º de janeiro até o dia 31 de julho, o que nós conseguimos como Secretaria, como departamentos, como divisões, atender às demandas do 156. Então, rapidamente, o DMLU, dentro do prazo estabelecido no sistema Fala Porto Alegre, já atendeu mais de 23 mil demandas, atingindo 95% das demandas encaminhadas pelos colegas Vereadores, pela população de Porto Alegre; o DEP, com 57%; o DMAE, com 99%; a

Divisão de Iluminação Pública, 93%; o setor de podas de arborização, 63%; e a DCVU, com 62%.

Aqui são dados mais sobre o que é prestado diariamente.

Podemos avançar para o eslaide dos contratos. Desde que nós assumimos, muitos de vocês têm acompanhado, nós temos buscado renegociar contratos dentro dos departamentos e divisões vinculados à nossa Secretaria. Toda a crise financeira e administrativa pela qual passa a cidade de Porto Alegre, com todas as dificuldades, inclusive de se honrar muitos compromissos, é um pedido do Prefeito Marchezan que nós possamos fazer mais com menos dentro desses contratos e que a gente consiga renegociar muitos desses serviços sem prejuízo à população. Temos casos específicos, especialmente dentro do Departamento de Limpeza Urbana, do próprio DEP, onde se buscou com os fornecedores, de uma forma muito tranquila, muito transparente, colocar a realidade financeira do Município e buscar essa renegociação. Também há contratos em andamento. Muitos contratos, quando assumimos, estavam sem vigência, muito especialmente dentro do Departamento de Esgoto Pluvial – DEP. Temos buscado dar transparência ao modelo de contratação e inovar nesse modelo de contratos.

Antes eu conversava com o Ver. Roberto Robaina sobre iniciativas de se buscar maior controle e fiscalização dos serviços prestados, muito especialmente no DEP. Nós fizemos junto aos técnicos do DEP, e isso é uma iniciativa que começou no segundo semestre de 2016, para que possamos, com o auxílio da tecnologia, aumentar o controle e o rigor da fiscalização desses serviços prestados pelo DEP. Quais são as ferramentas tecnológicas que buscamos colocar como obrigação contratual nesses contratos? Primeiro, o GPS nos líderes de equipes. Ver. Reginaldo Pujol, o contrato novo de turmas do DEP de manutenção corretiva, que é o contrato de limpeza de bocas de lobo, de pequenos reparos na rede pluvial, prevê que cada líder de equipe tenha um GPS para que possamos, através de um sistema desenvolvido pela Procempa, que se chama OSSurb, saber a quais ruas eles foram, quanto tempo permaneceram em cada serviço; também prevê o ponto biométrico dos operários da empresa terceirizada para que saibamos quem de fato se apresentou para o trabalho, o horário que chegou, o horário que saiu; prevê também o ganho por desempenho, os técnicos do DEP estipularam o mínimo razoável para limpeza de bocas de lobo, e, se a empresa não cumprir 100% desse mínimo considerado razoável pelos técnicos, receberá, proporcionalmente, a menos por aquilo que foi atendido. E também teremos as fotos do antes e do depois dos serviços realizados, fazendo com que assim fique tudo registrado no sistema desenvolvido pela Procempa, e a gente consiga, então, Ver. Professor Wambert, facilitar a vida dos técnicos e dos fiscais desses contratos.

Aqui nós temos o que já foi feito entre algumas das iniciativas tomadas pela Administração Municipal. A primeira Parceria Público Privada firmada pela Administração foi justamente na nossa área no que diz respeito à iluminação pública. O BNDES atuará como parceiro da estruturação dessa Parceria Público Privada para que se possa identificar qual o melhor modelo a ser adotado pela cidade de Porto Alegre, inclusive o melhor modelo para a sociedade em relação àquilo que a Cidade realmente precisa, como também o melhor modelo econômico para que haja eficácia, viabilidade

econômica da prestação desse serviço por uma empresa que participará desse processo de PPP. Quem lidera esse processo da Parceria Público Privada dentro da Administração são os Secretários Bruno Vanuzzi e o Secretário Fernando Dutra, da Secretaria de Parcerias Estratégicas. Estima-se que, até o final do próximo semestre, lá por maio, junho de 2018, nós já tenhamos as audiências públicas e os leilões que vão, de fato, escolher qual a empresa ou consórcio que possibilitará a troca de todos os pontos de iluminação da Cidade por tecnologia LED ou superior. Então, sem dúvida nenhuma, quando essa PPP for implementada, teremos uma Cidade mais iluminada e mais segura.

Aqui, rapidamente, fazendo um reforço nessa questão da transparência dos contratos, nós temos pedido muito o auxílio da população, da imprensa e dos Srs. Vereadores para que possamos ter contratos melhor elaborados, contratos transparentes e que estejam acessíveis a todos. Já conversei, inclusive, com a Bancada do PSOL, já havia conversado com a Ver.^a Fernanda Melchionna, hoje reforcei ao Ver. Roberto Robaina, no sentido de que as portas das nossas divisões, dos nossos departamentos estão abertas para que todos possam saber quais os contratos que estamos firmando, como estamos firmando e qual é a prestação de serviço efetiva que está nas ruas através de uma programação definida.

Aqui sobre os mutirões: alguns de vocês já participaram dos mutirões conosco, nós estamos muito longe de um serviço cem por cento do que a Cidade precisa, muito, inclusive, por limitação financeira, contratual. Mas temos buscado, em parceria com a comunidade, com o empresariado de Porto Alegre, melhorar alguns dos espaços públicos da nossa Cidade. Já realizamos 28 mutirões ao estilo “Eu faço Porto Alegre”, para que a comunidade local e os empresários da região possam colaborar diretamente na revitalização desses espaços, que vão desde ruas por completo até praças ou estações de ônibus, viadutos. Eu sei que já estive aqui participando de mutirões o Ver. Luciano Marcantônio, Ver. Felipe Camozatto, Ver. Alvoni Medina, Ver. Moisés Barbosa, a própria Ver.^a Sofia Cavedon tem um mutirão encaminhado para que possa fazer junto conosco. Então, é uma forma de nós despertarmos a atenção da população para o zelo e o cuidado dos espaços públicos, chamando todo mundo para, de forma bem objetiva, colocar a mão na massa e construir uma Cidade melhor junto conosco.

Aqui aparecem algumas inovações, especificamente fala da nova relação dos serviços especialmente em eventos. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico estabeleceu um escritório de eventos para que a gente possa ter uma porta de entrada específica da Cidade para realização de atividades com fins lucrativos. Então, a partir do momento que temos determinado evento em que se busca lucro, onde haverá uma atividade econômica – e que bom que haja, porque gera emprego, gera renda –, nós temos também encaminhado a conta dos serviços públicos para esse tipo de atividade. Um desses exemplos foi Saint Patrick's, na Rua Padre Chagas, onde os empresários que ali fizeram a festa junto com o bairro, com a comunidade, cotizaram-se e pagaram o valor estimado referente à limpeza posterior ao evento ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

Aqui é um exemplo que a gente costuma colocar do reaproveitamento da roçada e da campina, mas o foco não é este. O foco é que nós temos buscado, dentro dos departamentos e das divisões, uma revisão dos fluxos de trabalho. Este aqui é apenas um dos exemplos. Ver. Carús, que conhece muito bem a estrutura do DMLU, certamente sabe das dificuldades enfrentadas no dia a dia. Ver. Carús, logo em abril, verificou-se que aquela capina – o resto do mato, da roçada, da capina – estava sendo encaminhada lá para o aterro de Minas do Leão, na verdade estava-se pagando por esse resíduo que era encaminhado e não se estava dando o destino ambientalmente correto. Os técnicos do Departamento sugeriram que fosse enviado esse mato cortado lá para a compostagem do transbordo a Lomba do Pinheiro. Com isso, além de se dar um destino ambientalmente correto, poupou-se, no primeiro mês, cerca de R\$ 119 mil; e foram R\$ 120 mil no último mês. É uma quantia considerável, um destino ambientalmente correto. O que me impressiona, o que me deixa, muitas vezes, angustiado é imaginar quantas outras oportunidades como essas estão escondidas, que ainda não conseguimos identificar, e podemos buscar um equilíbrio financeiro maior no nosso Município em conjunto aqui com os nossos colegas Vereadores.

Com relação ao DMLU, à fiscalização: hoje, desde cedo, conversava com o Ver. Carús, tenho respondido à imprensa sobre a força-tarefa que o Departamento montou na orla do nosso Guaíba. O recuo das águas, Ver. Camozzato, acabou revelando um lixão, um verdadeiro lixão que nós temos ao longo da orla do Guaíba, que fica, na maior parte do tempo, escondido sob as águas. O recuo das águas possibilitou que as nossas equipes pudessem avançar além do limite normalmente estabelecido pelo Guaíba, na nossa orla, para fazer um mutirão de limpeza. E a imprensa tem questionado muito o que é possível fazer para que a gente possa aumentar a consciência da população e evitar que esse tipo de descarte irregular ocorra na nossa Cidade, nos nossos arroios e na orla do Guaíba. Um dos focos, sem dúvida nenhuma, é a consciência ambiental, a conscientização das pessoas. E o DMLU, através do grupo socioambiental que lá trabalha, já tem realizado, junto às escolas, um trabalho muito importante na busca de conscientizar esta nova geração que, hoje, inclusive, já cobra de seus pais, quando os vê jogando lixo no chão. Também o trabalho é realizado junto às lideranças comunitárias, aos líderes do OP, buscando uma consciência maior das comunidades de Porto Alegre.

E o outro foco também é a fiscalização e a multa no bolso daqueles que sujam a nossa Cidade ou que praticam ações irregulares de coleta clandestina. Inclusive, em maio deste ano, encaminhamos à Câmara de Vereadores o projeto de lei que ficou conhecido – a Ver.^a Mônica Leal se envolveu diretamente neste projeto – como Projeto Antivandalismo, porque ele prevê um rigor maior para quem pratica atos de vandalismo e de pichação na Cidade, mas ele prevê também a majoração das multas estabelecidas no Código Municipal de Limpeza Urbana para que a gente possa, de fato, ampliar a fiscalização sobre aqueles que sujam a nossa Cidade.

É importante frisar que, do dia 1º de janeiro ao dia 10 de agosto deste ano, nós já tivemos R\$ 2,2 milhões lavrados em autos de infração, especialmente em infração de quem descarta o lixo irregularmente, como é o caso, Ver. Ferronato, de se

colocar resíduos recicláveis nos contêineres da coleta automatizada, que são apenas para o lixo orgânico, assim como também quem descarta em focos de lixo ou em horários e dias fora da coleta seletiva e da coleta domiciliar.

Aqui talvez sejam dois dos principais pontos que nós temos buscado junto com a comunidade, com a imprensa e com a Câmara de Vereadores: primeiro, é uma programação de serviços eficiente. Hoje, segunda-feira, nós completamos um mês da divulgação da publicação da programação de serviços em praças. E repito: serviços que vão desde a limpeza, ao corte de grama, à poda de árvores, à iluminação pública e à manutenção de equipamentos. Nós estamos divulgando, através do *site* da Prefeitura, através da imprensa, no sentido de que a população nos auxilie na fiscalização dos serviços, tanto para que nós saibamos se estamos pagando por um serviço que efetivamente está sendo realizado, como também se este serviço está sendo realizado com a qualidade que a cidade de Porto Alegre merece. Hoje completamos o primeiro mês. Neste primeiro mês, foram programadas 233 praças, todas cumpridas, de acordo com a programação, e nós queremos levar esta transparência nos serviços para outros serviços empenhados pelos nossos Departamentos e Divisões, como é o caso da iluminação pública e das limpezas de bocas de lobo.

Os contratos, também a remodelação e o controle, essas ferramentas tecnológicas que estão sendo utilizadas agora no contrato de limpeza de bocas de lobo, nós queremos levar a outros serviços, para que todas as equipes que estão nas ruas, sejam próprias ou terceirizadas, abasteçam o sistema desenvolvido pela Procempa, o OSSurb, com GPS, com fotos do antes e do depois, e que gradualmente esses serviços sejam disponibilizados inclusive através de aplicativos e do *site* da Prefeitura à população.

O último *slide* fala justamente sobre essa fiscalização através de *smartphones*, de telefones, que está já em funcionamento. Ali estão algumas telas do sistema OSSurb, onde as equipes de ponta recebem as demandas encaminhadas pelo 156, pelo Sistema Fala Porto Alegre, pelos fiscais do Departamento de Esgotos Pluviais. Eles conseguem acompanhar o dia a dia dessas equipes, onde elas estão indo, qual o serviço que elas estão realizando, para que a gente consiga ter um controle maior e uma fiscalização eficiente. Eu estou à disposição Presidente, Vereador, colega Cláudio Janta e demais colegas Vereadores, para que a gente possa ouvir sugestões, críticas. E faço convites a todos vocês para que nos visitem na Secretaria, muitos de vocês já nos visitaram, levando demandas específicas, levando pautas maiores, sugestões mais complexas da Cidade, e também buscando contribuir nas ações da Secretaria para que a gente possa, de fato, melhorar a nossa cidade em conjunto. Reforço que as nossas portas estão abertas e que todos vocês possam acompanhar inclusive o dia a dia dessas equipes nas ruas e a operação desse novo sistema. Acho importante, Ver. Cláudio Janta, que se possa formar até uma comissão aqui dos Vereadores interessados para que acompanhem o dia a dia dessas equipes operando esse novo sistema que aumenta o controle e a fiscalização dos serviços. Muito obrigado, estou à disposição de todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cláudio Janta assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cláudio Janta): Convido o Secretário Ramiro Rosário para fazer parte da Mesa. O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em comparecimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. ROBERTO ROBAINA: Obrigado, Ver. Janta; Secretário Ramiro, agradeço por sua presença, era o único Secretário que ainda não havia sido convidado para usar a palavra e fazer a sua exposição aqui na Câmara de Vereadores. Este tema é caro para nós, pois tem toda uma discussão de serviços públicos, que, do nosso ponto de vista, tem sido, já ao longo dos anos, muito importante, mas infelizmente, a realidade continua sendo de sucateamento de um serviço fundamental. É um tema de serviços públicos, em alguns casos, eu acho que é obrigação dos Vereadores apresentar as demandas da população, fazendo a conversa, o diálogo, a pressão – em alguns casos. Houve um caso específico em que o Secretário Ramiro cumpriu o papel, no caso, levamos uma série de demandas do Rubem Berta, a obra lá no núcleo 14 saiu, mas tem outra grave – e vou reiterar essa demanda publicamente –, que é lá do Recanto da Lagoa, atrás do CTG. O Secretário conhece bem, é uma situação grave onde as pessoas estão, na verdade, numa situação terrível ali, afogadas no esgoto. É um problema grave no Rubem Berta, e, como esse problema, há outros. Eu cito o problema do Rubem Berta para mostrar como é importante um serviço público bem feito, e é um tema que já levei ao Secretário no início do Governo. E há outros temas de serviços não feitos na Cidade que nos preocupam muito. Um deles, Secretário, por exemplo: o DMAE dizia que não havia nenhum lugar na Cidade onde o serviço de água era feito por carro-pipa, e resulta que não é verdade isso que o DMAE dizia no início. Agora o DMAE já reconhece, o meu mandato se mobilizou, é um tema que trago também, nós temos lá a região da Aparício Borges, a Rua do Mato, uma região que não tem abastecimento de água, é carro-pipa. O mais absurdo é que essas pessoas pagam DMAE, pagam a taxa de água e não recebem água, um serviço que é básico. Há carências que são terríveis. A carência na área do esgoto, do saneamento, da água, atinge a população mais necessitada e nós temos essa precariedade no serviço. Ao ter essa precariedade no serviço, nos preocupa muito o desperdício de recursos públicos. Uma das formas de desperdício, que é a mais indignante, são os esquemas de corrupção. Por isso, desde o início do meu mandato, toda a bancada do PSOL – eu, a Ver.^a Fernanda Melchionna e o Ver. Prof. Alex Fraga – tem batido para que haja um apoio da Câmara dos Vereadores à investigação dos esquemas de corrupção no DEP, que já lesaram os cofres públicos em mais de cinco milhões, e nós sabemos que os crimes cometidos no DEP seguiram na própria gestão do senhor. Porque houve um ataque criminoso ao DEP – a única conclusão que eu posso ter – já neste ano. Nós tivemos o incêndio do ano passado, novamente, neste ano, um ataque ao DEP. Então, é evidente que a Câmara de Vereadores tem a obrigação constitucional de ajudar, de colaborar, de investigar. É uma função da Câmara de Vereadores, nós fizemos esse pedido de CPI já em janeiro, e até hoje, infelizmente, não conseguimos o apoio da base do Governo para que a Câmara de Vereadores cumpra

essa função constitucional. Eu considero que isso não seja uma questão técnica, é uma questão política. Evidentemente, se o Secretário de uma área tão importante apoiar uma iniciativa política desse tipo, se o seu partido apoiar, vai nos ajudar a jogar luz e fortalecer um serviço público que é fundamental.

Eu digo isso porque é obvio que há discussões que estão relacionadas com o passado, mas como eu disse, são problemas que seguem. No caso, eu tive a oportunidade de me encontrar com o Secretário Ramiro, em janeiro ou fevereiro deste ano, durante uma greve que ocorreu na empresa Belém Ambiental. Foi uma greve que me chamou a atenção, porque a empresa Belém Ambiental é uma empresa que nem endereço em Porto Alegre tem. A gente vai olhar o endereço da Belém Ambiental e é do Belém do Pará. A sede da empresa, o CNPJ tão pouco é da própria empresa, é de uma outra empresa, que é a empresa Incocal. O que me consta, isso é algo totalmente irregular em termos de serviço público. Por que isso me preocupa? Porque é uma empresa que já havia tido denúncias em relação a ela, e é uma empresa que presta serviço de coleta de lixo em Porto Alegre, e uma empresa com esse tipo de irregularidade, como o mínimo. Por que isso é grave? Porque essa empresa, além de prestar esse serviço fundamental, emprega centenas de trabalhadores. Centenas de trabalhadores que podem, na medida de uma ação unilateral dessa empresa, ficar sem seus empregos. Então, são centenas de trabalhadores que podem ficar sem emprego, e a Prefeitura sem o serviço. Por que eu sei que é uma empresa com pelo menos com um nível de irregularidade? Porque eu sei que o responsável pela empresa, o Jean de Jesus Nunes, que é o responsável por essa empresa, já teve contra ele uma ação de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público Federal, a partir de uma acusação de que ele tinha dupla função: um cargo de confiança na Prefeitura de Belém e como cargo de confiança para um senador, no Senado Federal. Essa empresa teve contra ela uma medida de improbidade administrativa que a proibia de contratar com a Prefeitura; e a Prefeitura, já este ano, pagou cerca de R\$ 50 milhões para essa empresa. Isso pode provocar, depois, crise no próprio serviço, além da suspeita.

Então, acho que esses temas de transparência e de fiscalização são muito úteis para a Cidade, porque esses são serviços fundamentais. Serviços fundamentais são prestados sem que haja o controle da Câmara de Vereadores, sem que a Câmara de Vereadores possa realizar uma das suas funções fundamentais, que é a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito quando isso é demandado e quando há evidências fartas de que essa investigação é necessária, são tão fartas que as investigações envolvendo o DEP têm já o Ministério Público de Contas envolvido, o Delegado Max Ritter fazendo um trabalho sério, mas eu creio que a Câmara de Vereadores precisa também apoiar, e esse sempre foi o motivador do nosso pedido de CPI: colaborar, jogar luz, fortalecer politicamente a necessidade da investigação, da fiscalização e da transparência. Eu dou o caso da Belém Ambiental, porque é uma empresa que segue fazendo serviço para a Prefeitura, segue recebendo milhões da Prefeitura, então precisamos também ter o devido controle disso, para que não haja ruptura na prestação do serviço, por um lado, para que não haja demissão de

funcionários – a Prefeitura precisa ter política em relação a um tipo de situação delicada como essa.

Portanto, Secretário, eu, na verdade, usei a palavra para colocar esses problemas porque eu creio que a Câmara de Vereadores tem essa obrigação. Quero concluir dizendo que há uma questão muito importante que é o debate sobre a qualidade do serviço público e sobre o significado do serviço público que envolve o DMAE. O Governo Marchezan, na nossa posição, tem adotado uma linha que vai contra, inclusive, as experiências que têm ocorrido em várias partes do mundo; em várias partes do mundo as experiências são de garantir o controle público sobre uma empresa envolvendo o saneamento, envolvendo a água, e nós aqui estamos, na verdade, caminhando para o sentido contrário. O Governo diz que é parceria público-privada, que não é privatização, mas a verdade é que a essência da parceria público-privada é, de fato, a entrega do serviço privado durante um período, é alienação de uma responsabilidade do Poder Público para que empresas privadas façam esse serviço, decidam os lucros, decidam o preço do serviço, a qualidade do serviço. A experiência mundial indica que, quando nós deixamos serviços essenciais na mão de empresas privadas, o resultado não é favorável à população.

Eu queria lhe entregar, justamente para finalizar, o estudo feito por técnicos do DMAE fundamentando as razões pelas quais eles são contrários a essa política do Governo Marchezan. Eu creio que o envolvimento dos técnicos é fundamental...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra em comparecimento, e depois prossegue em Comunicação de Líder.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário e colega Vereador, Ramiro Rosário, eu sou sempre da tese de que, quando nós ocupamos um cargo público no Executivo e, na sequência, assumimos outro posto – nesse caso, escolhido pela população –, nós devemos desencarnar do tema e deixar que o sucessor faça o seu trabalho com tranquilidade. É o que eu tenho tentado fazer, sendo um Vereador fiscalizador, exigente – como fui enquanto gestor – quanto à qualidade dos serviços públicos que são prestados à população, principalmente os serviços que hoje estão no rol de competências da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. Existem algumas demandas que já encaminhamos e tivemos êxito no atendimento, existem outras que continuam represadas – e vou renovar esses pedidos a V. Exa., para que possam, dentro da possibilidade da programação que é estabelecida, serem atendidas. O Ver. Robaina me oportuniza aqui fazer um resgate, porque, assim

como o Secretário Ramiro, eu também, quando assumi o DMLU, herdei contratos de gestões anteriores.

Vou começar pelo contrato da coleta domiciliar, que hoje é executada pela Belém Ambiental. No final do ano passado, fui execrado publicamente pelas qualidades da gestão que nós aplicamos no que diz respeito à fiscalização dos contratos. Os dois objetos que hoje são averiguados pelo Ministério Público Estadual, que era uma coleta irregular de calça por parte do contrato da coleta domiciliar, e uma cobrança indevida de um serviço durante o temporal, no contrato de limpeza urbana, foram detectados pelo serviço de controle interno e fiscalização da nossa gestão. Mesmo assim, o Ministério Público Estadual entendeu por bem abrir um procedimento e continua sendo desenvolvido. Mas talvez seja o único procedimento que tramite no Ministério Público Estadual que não se tem notícia de um recurso público, que foi mal aplicado, mal pago, ou, indevidamente, colocado nessa direção. Para mim, é muito difícil falar sobre isso, porque vocês devem saber o quanto isso castiga a nós todos, a família e as nossas condições emocionais. Mas hoje tive essa oportunidade e acho que é o momento de fazê-lo da tribuna desta Casa.

Segundo, a Belém Ambiental entrou nesse serviço, porque nós, ao assumirmos o DMLU, tínhamos uma licitação judicializada que pretendia unificar todos os serviços de competência do Departamento, em 2013, em um só instrumento, com exceção da capina. Decidimos em conjunto com o então Prefeito Fortunati e com o Vice-Prefeito Sebastião Melo que iríamos revogar aquela licitação e abríamos seis novos processos licitatórios. Isso nos permitiu atender 100% das ruas da Cidade com o novo contrato da coleta seletiva, duplicar o número de contêineres, de 1200 para 2400, ampliando de 11 para 19 bairros atendidos por esse serviço. Nos permitiu sair de longos anos de contratação emergencial da coleta domiciliar, mas entrou o ponto que hoje o Ver. Robaina fez referência aqui da tribuna, e o Secretário Ramiro manifestou-se a respeito. Essa licitação da coleta domiciliar ficou um ano sendo discutida na Justiça. E a contratação da empresa Belém Ambiental, hoje responsável pelo serviço, se deu justamente porque todos os impasses judiciais foram superados, e o Tribunal de Justiça, em decisão colegiada de segundo grau, nos determinou a sua contratação, e o fizemos. Ainda assim tivemos a prudência de recorrer à Procuradoria Setorial do DMLU para ver se tínhamos como obter uma garantia do Tribunal de Justiça do Pará, onde é a sede da razão social dessa empresa, se uma empresa em recuperação judicial teria condições de executar o serviço. Fizemos isso e a certidão do Tribunal de Justiça do Pará foi remetida. Reunidas essas condições, após um ano e pouco de discussão judicial, contratamos, afinal, estávamos pagando por um serviço emergencial mais caro que operava aquém da necessidade de Porto Alegre naquele momento e hoje esse contrato está aí, no seu terceiro ano de execução, se não me engano.

Bom, então, vim a esta tribuna justamente para colocar essas questões porque, muitas vezes, a maldade não da opinião pública, mas a disputa política nos faz cegar de que acima da opinião pública está o interesse público. E as decisões dos gestores, sejam dos governos passados, sejam do atual, tenham certeza de que são republicanas e são para melhor atender à população. E se há ainda algum discurso de

vestais que vão querer dizer ou atribuir que o mau atendimento que hoje possa existir seja reflexo das escolhas do passado, não é verdade, porque o Secretário Ramiro é testemunha, por exemplo, que ele só consegue atender mais de 220 praças – e lhe cumprimento pela transparência que tem sido na divulgação desse trabalho –, porque nós entregamos um contrato novo em folha, sem desperdício de dinheiro para que a atual gestão pudesse fazer esse serviço na Cidade.

Então, eu acredito que todos nós aqui que fomos gestores de governos, que por esta Cidade passaram, enfrentamos dificuldades. Eu com a tranquilidade, Ver. Cecchim, de já ter tido os meus dois primeiros anos de contas aprovadas na corte estadual, que é o Tribunal de Contas, posso dizer que não tenho nenhum problema de debater o DMLU, muito pelo contrário, sempre que convidado, vou lá, participo e tenho da população, por onde caminho de cabeça erguida por esta Cidade, o reconhecimento do trabalho que fizemos ao longo desses últimos quatro anos. E sou capaz também de exercer uma independência crítica aqui na Casa, reconhecendo o que há de bom. Acho que a atual gestão avançou em dois pontos que nós não conseguimos, por exemplo, que foi a destinação dos resíduos da capina e da roçada para compostagem, que é um destino ambientalmente correto, e consegui também semanalmente renovar a programação, para que a população possa cobrar a execução do serviço. É um avanço importante. Acho que passou o tempo de governar pelo retrovisor, vejo que, quando se governa pelo retrovisor, nós tentamos achar culpados pela incapacidade de executar os serviços que são da nossa competência. Governar pelo retrovisor é a pior coisa que pode existir, principalmente diante das dificuldades financeiras que a nossa Cidade enfrenta. Temos feito aqui um debate muito qualificado sobre os projetos que vêm do Executivo, votando a favor naquilo que entendemos que é bom para a Cidade e não sendo favoráveis àquilo que discordamos. Então, em cima da exposição que foi feita pelo Secretário Ramiro, das colocações que foram feitas pelo Ver. Robaina, eu faço questão de dizer – e vocês podem ter certeza –, mesmo que não se diga isso, que possibilitamos a continuidade dos muitos serviços que hoje são executados na Cidade pela correção dos atos administrativos que aplicamos na nossa Gestão. Ver. Cassio, Presidente desta Casa, talvez seja um dos grandes lutadores contra a injustiça que se trava todos os dias de generalização na política, fiquei muito satisfeito de poder responder, no grupo dos Vereadores, que a decisão da Legislatura passada foi consertada agora pelo Judiciário. Posso dizer a vocês que também me considero, de certa forma, muito embora esse tema não seja judicializado, injustiçado, porque fui acusado daquilo que me dediquei nos últimos quatro anos, que foi a promoção da limpeza urbana e retirar o DMLU das páginas policiais – Isso nós conseguimos, tu tens conseguido. E tenho absoluta certeza de que os serviços que estão hoje em execução, à exceção das novidades, no que dizem respeito ao DEP e aos outros órgãos, vão ser importantes para qualificar, mas aquilo que veio, veio para somar e tem sido aperfeiçoado. Quero deixar todos muito tranquilos com um ponto: se hoje estamos recebendo o Secretário Ramiro, é justamente no sentido de colaborar para que a Cidade possa ter mais qualidade de vida, e isso obviamente demanda um serviço que está no âmbito da sua competência, com...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; nosso colega Ver. Ramiro, temporariamente emprestado ao Executivo Municipal com uma tarefa que não me causa inveja. Tenho a convicção plena de que V. Exa. dirige um dos lugares mais importantes e mais complexos da Administração Municipal, em que os serviços urbanos embocam. O Ver. Cassio, que já esteve na Administração Municipal, inclusive, na Secretaria de Obras, sabe exatamente o que eu estou dizendo. É por isso que, às vezes, sem que a gente queira ser injusto, a gente acaba lamentando alguns equívocos do passado que acabam se refletindo agora. Porto Alegre não é Roma, que tem as sete colinas, mas tem colina para tudo que é lado. Algum tempo atrás, bem lá atrás, Porto Alegre cometeu um erro urbanístico estratégico para proteger os morros e acabou criando uma situação que se alastra no tempo, cuja solução está cada vez mais longínqua. Proibindo as construções regulares nos morros em Porto Alegre, como no morro Santa Teresa, para preservá-los, acabou ensejando a oportunidade de que construções irregulares fossem se multiplicando, o que hoje, certamente, constitui um dos maiores problemas do Município, que é a regularização fundiária e urbanística de todas essas áreas, que caem exatamente no seu quintal. Eu, ainda nesse sábado, estive na Cruzeiro do Sul, para ver um problema que, aparentemente, era pequeno. O pequeno problema era o esgotamento de uma área, que era transferido para outra, que, enfim, tinha 300 metros de problema, na medida em que ninguém esgota alguma coisa para a atmosfera, tem que esgotar para algum lugar.

Mas eu quero cumprimentá-lo, eu tenho apreciado o seu trabalho, especialmente nesses modestos 28 mutirões realizados em Porto Alegre, praticamente a média de um por semana. Isso não vai resolver definitivamente nenhum problema, mas vai amenizar, porque na busca do ótimo, com muita frequência, a gente perde o bom. Eu sei do empenho que a sua assessoria e os setores que o amigo coordena estão tendo na realização desses mutirões, cujas reflexões são absolutamente favoráveis a criação de uma paz social, de uma harmonia, da redução ou de alguns encargos. É duro, mas, muitas vezes, a gente tem que conviver, inclusive, até com a ilegalidade, porque a humanidade determina que a gente acabe aceitando algumas coisas irregulares que acontecem, porque não adianta ficar discutindo como se constituiu, mas, sim, reconhecer que o fato está constituído e precisa ser implantado. O senhor terá um longo caminho pela frente, sei que uma coisa eu lhe garanto, não vai morrer de tédio porque tem muita coisa a fazer. Com muito carinho, em respeito à juventude do amigo, ao seu entusiasmo, a sua crença, a sua fé, eu espero que ela não se reduza, que ela aumente, e sempre haverá de contar com a minha solidariedade e o meu reconhecimento pelo seu bom trabalho. Vá em frente, comandante, vá em frente que tem muita coisa a fazer.

Receba as críticas que vão surgir, com toda certeza, muitas delas muito sinceras, muito legais, e outras nem tanto, mas todas vão contribuir para alguma coisa. É de saber que nem todos os caminhos são para todos os caminhantes, a mesma situação, muitas vezes, por mais paradoxal que pareça, tem mais de um tipo de solução que pode ser dada. Optar por algumas delas é uma forma de não se omitir. E se existe algum pecado que o amigo não tenha cometido, é o pecado da omissão, porque é muito ativo e permanentemente disposto a errar, se for o caso, mas não deixar de tentar resolver alguma situação. Um abraço sincero.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Secretário Ramiro Rosário, obrigada pela presença, pelo sempre solícito atendimento às nossas demandas, acho que há de se reconhecer, e também pelo esforço e trabalho intenso na busca de eficácia no atendimento aos serviços que tanto a cidade de Porto Alegre precisa.

Eu inicio falando desta maneira a introdução, porque depois vai ter crítica pesada. Quero dizer que vejo esse diferencial na atuação do Secretário e considero os mutirões de praças muito importantes, mas não como uma política permanente de atendimento dos serviços; eu considero os mutirões de praças muito importantes dentro de uma política de educação para a cidadania – educação patrimonial, ambiental –, acho que ela é fundamental, mas precisa que os serviços deem continuidade e que essa interlocução com as comunidades continuem. Então eu enxergo isso muito importante, porque houve, por anos, abandonos na educação ambiental. Há 15 anos, quase todas as secretarias e departamentos que tinham serviços tinham um núcleo, uma comissão de educação ambiental. Era DEMHAB, era DMAE, era DEP, às vezes era um sombreamento, mas era extremamente necessário, porque não há como ter uma cidade funcionando bem, otimizando serviços, se não houver uma postura de educação. Esta Cidade precisa gastar dinheiro com isso.

É impressionante ainda o generalizado descompromisso do cidadão, individualmente, com o cuidado com o lixo, com a separação do lixo, em não largar nada na calçada, com a utilização, por exemplo, dos ecopontos. Eu visitei um deles que é ali no Terminal Alameda, Ver. Oliboni, e estranhei, inclusive, de uma atividade que espero que seja retomada – porque eu sei que agora saiu de novo o Diretor do DMLU, que ainda está em mudanças de direção –, uma atividade bonita que um funcionário fazia de produção de mudas. Então isso pode ser potencializado. Eu não sei, eu não tenho uma opinião estética formada sobre isso, mas o uso de pneus e de geladeiras foi uma iniciativa nova, mas ocupou muitos lixões. Eu não sei se é saída, eu sei que houve uma interrupção, e eu tenho dúvidas sobre essa intervenção urbana. Acho que valeria ouvir os arquitetos e urbanistas, enfim, uma proposta mais padronizada, mas ocupar com cidadania e com cultura, focos de lixo, provou-se que dá certo! E com plantio, com

envolvimento da comunidade! Então, eu quero valorizar esse tipo de intervenção, por quê? Porque eu não entendo o Governo Municipal como um gestor de contratos terceirizados. Eu espero que tu não venhas a ser isso, Secretário Ramiro, porque uma mera gestão de terceirização não permite ao gestor, na minha opinião, a incidência sobre a cidade, sobre a política pública, a flexibilização para cada situação. Eu acho muito importante a combinação das equipes próprias, com capacidade de intervenção própria, com alguma terceirização.

Eu acho que sentimos isso no DMLU – o Ver. Carús sabe disso –, houve uma alteração muito importante no DMLU depois dos Governos do PT, houve uma ampliação grande de terceirização, não é que não houvesse terceirização, e nós perdemos uma intervenção mais específica para as vilas, para entrar nos becos com um caminhão pequeno – nós perdemos. E proliferou foco de lixo; o resultado da grande terceirização nos primeiros quatro ou cinco anos é a multiplicação de focos de lixo na Cidade, por quê? Por conta da forma como a empresa passava, burlava muito, orientava as comunidades a levar o lixo para a ponta dos becos porque ela não entra nos becos; portanto estimulava o foco de lixo.

Eu quero, enfim, recomendar e dizer que acredito nisso, acho que não dá mais para fazer serviço somente com o Governo. E o Governo está deliberado a fazer muitas PPPs, o Prefeito Municipal, a sua gestão, e vai começar com a iluminação pública. Gostaria de perguntar: qual é o diagnóstico sobre a iluminação pública que levou a definir por PPP? Isso eu gostaria de ouvir, porque havia uma progressiva, Ver. Mauro, substituição de lâmpadas de LED. E o senhor, quando faz a apresentação aqui, diz que vai fazer um levantamento para transformação. Bom, para mim havia um processo, inclusive com financiamento federal, via BNDES, para troca de lâmpadas, iluminação, e taxa de iluminação pública, que na minha conta, são R\$ 19,00, ou seja, tem uma fonte importante de recursos mensais para essa iluminação pública, um recurso potente. O que indica que nós temos que gastar com intermediário para continuar fazendo esse serviço e não seguir fazendo nós mesmo, enquanto Prefeitura de Porto Alegre? Então, eu acho importante que eu possa...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente, Ver. Cassio Trogildo; os nossos colegas Vereadores e Vereadoras; o nosso convidado de hoje, também Vereador, Secretário Ramiro, bem-vindo; cidadãos e cidadãs que acompanham a Sessão no dia de hoje.

(Procede-se à apresentação em PowerPoint.)

O SR. ALDACIR OLIBONI: Ramiro, estou colocando algumas fotos, nobre Secretário, porque aqui, em Porto Alegre, já há um tempo, houve umas fortes chuvas que ocasionaram sérios problemas na nossa Cidade. Inclusive, numa agenda promovida pela Comissão de Saúde, através do nosso Presidente, Ver. André Carús, nós visitamos a região leste de Porto Alegre, mais precisamente a Rua da Represa, que fica próximo à Chácara do Primeiro, ao lado da Vila Vargas. Foi nessa região que a Dona Karina perdeu a sua vida em função das fortes chuvas que ocorreram naquela ocasião, ou seja, há mais de 60 dias, quase três meses. Nós tivemos a oportunidade de fazer uma visita, o nobre Secretário Ramiro estava presente e, naquela ocasião, se assumiu uma série de compromissos para poder viabilizar, ao menos, uma solução.

Vocês podem observar ali como, de fato, desceu arroio abaixo muito lixo, muita madeira, tapando as pequenas galerias que têm ali. Mais precisamente são duas galerias, uma delas foi aprovada no Orçamento Participativo há mais de cinco anos, iniciou-se a execução da galeria e parou, há dois anos que está parada. A outra tem uma tubulação muito pequena e não consegue dar conta do volume de água que passa por ali. Portanto, nós queremos, nesta reunião, trazer algumas colocações importantes ao nobre Secretário que já conhece o tema e que, inclusive, já foi sugerido para que se faça alguns mutirões, junto com a comunidade, mais precisamente uma educação ambiental, uma orientação mais adequada para o lixo ou que algumas empresas, inclusive particulares, parem de colocar entulhos lá no topo do arroio da Rua da Represa. Então, nesse sentido, Ramiro, eu queria trazer algumas sugestões e solicitações da comunidade à Secretaria. A melhora nas ruas, manutenção permanente – essa Rua da Represa não tem asfalto nem calçamento, já é um problema, isso já foi aprovado no OP e não foi executado. As casas de emergência para as famílias atingidas – na verdade foi dado o auxílio aluguel para três famílias apenas. A melhora do Beco 19, como eles chamam, que é uma rua que vai a direção da Chácara do Primeiro, à direita de onde nós estávamos naquele dia. O apoio e assistência social às famílias – aquelas que foram atingidas não receberam mais nenhuma visita, seja da FASC ou de quem quer que seja. Refazer os pontilhões de acesso às residências, pois em muitos lugares se não houver os pequenos pontilhões, as crianças não tem como acessar a Rua da Represa para poder se deslocar até a escola, ou até o posto de saúde. A recolocação dos postes de iluminação pública, pois de fato está muito precário ali, não há uma certa iluminação, o que contribui com a insegurança daquele local. A construção das galerias, que são duas, uma delas já demandada no OP, a outra é insuficiente em função do volume de água que desce. A fiscalização das caçambas que geralmente colocam entulho na cabeceira do arroio. A orientação da ocupação da área, nós temos ali uma infinidade de famílias naquela área, que precisam estar inscritas nos programas habitacionais do Município de Porto Alegre. Então, nesse sentido, Ramiro, eu queria não só reforçar essa região, eu sei que tem muitos problemas na Cidade, mas essa questão pontual, que V. Exa. esteve presente conosco, e nós nos comprometemos em retornar em 15 dias – já faz mais de 30 dias, e não retornamos –, eu estive lá e eles cobraram esse retorno. Acho que é importante que nós agendemos essa ida e organizemos um mutirão, que pode ser num sábado para organizar a retirada dos entulhos, e depois seguir as pequenas obras que

devem ser feitas. Muito obrigado pela sensibilidade, espero que possamos atender a comunidade.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, Presidente Cassio, colegas, eu já venho reconhecendo o grande diferencial da Secretaria e falando com os Pares, mas eu não podia deixar passar a oportunidade de, publicamente, dividir com o pessoal da TVCâmara que nos assiste que, desde o primeiro dia, deixei muito claro que defenderia medidas de uma nova gestão pública que não colaborasse de jeito algum com o populismo e politicagem. Nesse sentido, quero reconhecer que a transparência, a programação, a divulgação de todas as ações da sua Secretaria – e não é um elogio apenas ao Sr. Secretário, mas a toda a sua equipe – vem realmente ao encontro de um desejo de uma nova gestão pública que não trata serviços públicos como moeda de barganha eleitoral. Então, quero parabenizá-lo por essa transparência muito importante para que bairros e comunidades saibam quais espaços públicos estão sendo atendidos, quando serão atendidos, se o tempo ajuda ou não, quando mais ou menos serão atendidos. Tenho que reconhecer que isso é uma forma muito transparente e simples de acabar com aquela moeda que antigamente as pessoas acusavam que existia de manterem a informação secreta para que só o fulano dissesse quando seria feito e isso ser trocado como barganha eleitoral. Então, reconheço publicamente. Saúdo, já várias vezes fiz isso. Quero aproveitar a sua presença para dizer parabéns pela condução da Secretaria. Nós estamos sentindo a sua falta como Vereador eleito, mas, passado esse tempo, a Cidade ganhou muito com a sua condução lá na Secretaria, então, parabenizo-o.

Abro parêntesis para agradecer às colegas e aos colegas a solidariedade nesses últimos dias, e a única coisa que eu gostaria de deixar como reflexão sobre o que passei é simples. Todos nós, Vereadores, somos porto-alegrenses, somos cidadãos, estamos suscetíveis à insegurança pública. Mas eu quero dividir uma frase aqui que, infelizmente, tive que ouvir naquela noite de horror, Ver. Felipe Camozzato. A frase que eu ouvi foi a seguinte, quando pegaram a chave da minha casa e disseram que poderiam ir até a minha residência e não importava quantos filhos eu tivesse, vou dizer para vocês o que eu tive que ouvir de uma pessoa que estava no cativeiro: “Não, mas é muito perigoso nós irmos a casa, porque pode ter alguém preparado lá nos esperando”. E eu tive que ouvir, pensando que corria risco a minha família e a minha residência, a seguinte frase: “Não, quem está armado é nós; nós e a polícia, porque ninguém mais está armado” (sic). Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a todos e a todas, em primeiro lugar, queria agradecer ao colega Roberto Robaina a oportunidade, a partir do convite ao Secretário Ramiro Rosário, a quem também cumprimento pela presença na tarde de hoje aqui conosco, para discutir um tema tão importante. A Secretaria de Serviços Urbanos tem, sob sua atribuição, um conjunto de autarquias e departamentos que cumprem um papel fundamental para a cidade de Porto Alegre que, na nossa opinião, deveriam cumprir mais. Diferentemente do que pensa o Governo com relação aos serviços públicos, nós achamos que é fundamental valorizar o conjunto dos serviços. E aí valorizar no sentido de equipar, de garantir, inclusive, a sua ampliação. Nós, por exemplo, no caso do DEP, o Roberto falava e eu assino embaixo – não quero repetir, ele já trouxe os temas relativos ao DEP -, nós queremos a investigação dos R\$ 10 milhões que foram alvo da quadrilha, por isso, estamos apoiando a tua iniciativa que, infelizmente, não foi endossada ainda pelo Governo, de ajudar essa investigação tão necessária ao povo da nossa Cidade, para saber onde foram esses R\$ 10 milhões e buscar reavê-los. Mas o que nós vimos com a Reforma Administrativa foi o desmonte do DEP, à medida que há – e houve – o desmonte desse Departamento, que precisa ter investigação, mas que precisa ser ampliado e valorizado. Nós tivemos, por exemplo, no bairro Sarandí, numa mobilização dos moradores, correta, várias pautas na CUTHAB foram trazidas por nós, por esses moradores, a partir do rompimento lá do dique, que houve aquela enchente que vitimou milhares de famílias, tem uma mobilização concreta da cidadania no sentido de permitir que a casa de bombas da Vila Minuano comece a funcionar. Já foram mais de R\$ 6 milhões investidos, e nós queremos saber por que não começou a funcionar. O Governo Federal tinha prometido mais de R\$ 20 milhões, acredito que eles tenham contingenciado. O que está se fazendo para buscar esses R\$ 20 milhões, para garantir as obras do entorno, para garantir que, a cada chuva, não haja uma tormenta, uma possibilidade de perda dos móveis das pessoas, desde a máquina de lavar, a televisão, a cama? Um conjunto de bens que a comunidade economiza muito para poder adquirir e que, a cada chuva, perde infelizmente, perde por um conjunto de coisas, inclusive pela ausência de funcionamento da casa de bombas.

Nós estivemos no Humaitá no mesmo dia, encontramos lá o Luciano Marcantônio. Houve uma enchente brutal numa área que sempre tem enchente, e estava previsto, primeiro, como contrapartida, depois já não era contrapartida, deixou de ser contrapartida. O que importa ao povo é que está há mais de seis anos esperando a obra, que não sai. Há o elemento do Governo anterior, evidentemente, mas também vocês estão há oito meses, é preciso ter algum plano que garanta que esses investimentos saiam do papel.

Em terceiro lugar, nós temos aqui a convicção de que é necessário fortalecer o DMAE, de que o projeto que foi enviado pelo Governo, que abre, sim, espaço para privatização, é um processo que, na verdade, por um lado, pode colocar um serviço essencial e precioso nas mãos de interesses privados. Onde isso já ocorreu significou

um aumento das tarifas e a piora da qualidade dos serviços prestados à população, tanto é que boa parte dos países que havia privatizado a água está retomando o conceito de água sobre o controle público. Então, há o risco de piora. E, mais do que isso, Secretário, o DMAE é superavitário. O DMAE já conquistou mais de R\$ 100 milhões no primeiro semestre para o Município de Porto Alegre. Até o final do ano, a estimativa é de que seja R\$ 200 milhões, e nós precisamos garantir que esses recursos, inclusive, sejam investidos para melhorar ainda mais a qualidade do serviço, mas não a possibilidade de vender algo que é precioso. Eu quero reafirmar aqui o que os colegas já disseram. Eu sei que o meu colega Roberto lhe entregou a carta, mas nós estamos juntos nessa campanha com relação à questão do DMAE.

E eu queria lhe fazer uma pergunta. Além do Humaitá, da casa de bombas, sobre a questão dos contratos do DEP com a JD Construções. Bom, o escândalo da corrupção do DEP envolveu uma série de investigações, entre as quais que teriam recebido os valores dos contratos sem a devida contraprestação de serviços. Uma das empresas envolvidas era a JD Construções. Os contratos do DEP com essa empresa já devem ter sido rompidos ou não renovados. Essa empresa não trabalha mais para o DEP, correto? É a pergunta. O senhor sabe nos informar se a JD continua prestando algum tipo de serviço para o DEP? O mesmo caso da construtora Minosso. Deixo a pergunta com relação às duas empresas, porque, sobre a empresa Belém Ambiental, sei que já foi questionada pelo meu colega Roberto Robaina. Evidentemente, são temas fundamentais que nós gostaríamos que a CPI estivesse funcionando para poder trazer luz a esses temas na Cidade e cumprir o papel do Parlamento, que, em última análise, é fiscalizar. Então quero agradecer a presença e deixar essas perguntas para o debate.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Boa tarde, Presidente Cassio Trogildo; Vereadores e Vereadoras; cidadãos e cidadãs; em nome da Bancada do PTB – Ver. Paulo Brum, Ver. Dr. Goulart, Ver. Cassio Trogildo –, quero parabenizar o Secretário Ramiro Rosário pela gestão que vem capitaneando na Secretaria de Serviços Urbanos e vai ao encontro do que foi colocado na campanha pelo Prefeito Marchezan e também extremamente alinhada com a proposta do nosso candidato a prefeito, o Deputado Estadual Maurício Dziedricki, que é exatamente vencer a burocracia. O povo, na verdade, não quer saber se o serviço é privatizado, se o serviço é público, ele quer a solução do seu problema. E essa construção que o Secretário Ramiro tem feito, atendendo aos Vereadores, à comunidade, e a forma como a gestão está sendo conduzida, com agilidade, com qualidade, com informação, com transparência, com uma bela comunicação, é exatamente o que nós esperávamos. Por isso, Ramiro, de coração, parabéns pela forma como tu vens conduzindo uma Secretaria tão complexa como a de Serviços Urbanos. Quero colocar aqui um exemplo importante que simboliza

o que estou falando. Há mais ou menos dez anos, o bairro Humaitá/Farrapos tem sofrido com alagamentos. Na Gestão Fortunati, da qual participei durante sete anos, nós sempre colocamos a importância de resolver a questão da casa de bombas nº 5, que fica na Voluntários, da casa de bombas nº 4, que fica na Farrapos, e da galeria que liga as duas Casas.

Infelizmente, ficamos aguardando a contrapartida da OAS, uma emenda da bancada federal gaúcha, que não aconteceu por vários motivos. No último alagamento, agora, que faz no máximo 60 dias, no bairro Farrapos e no Humaitá, localizado principalmente na Vila Farrapos, na Vila Castelo Branco e na Vila Nova Esperança, estivemos lá conversando com a comunidade – eu, o Secretário Ramiro e o Prefeito Nelson Marchezan – e fizemos várias rodadas, dialogando, compreendendo o problema, e, numa reunião com a comunidade, no pátio da Escola Famello, foi decidido e foi levada a posição do Prefeito, pelo próprio Prefeito, que estava lá, determinando que as casas de bombas fossem reformadas e a galeria construída, porque ele se deteve no fato principal que gerava o alagamento na região e não ficou aguardando uma solução global, que não aconteceu e que fazia com que estas famílias, em torno de 500, há mais de 20 anos, sofressem com os alagamentos. E assim foi feito.

Nós já tivemos uma casa de bombas consertada, a da Voluntários, com o apoio da Associação dos Empresários do Humaitá/Navegantes. A outra está no conserto. E, na casa de bombas da Vila Farrapos, foi colocada provisoriamente uma bomba do DMAE.

A galeria, que é o principal, que liga a casa de bombas nº 4 à casa de bombas nº 5, está orçada e com o projeto pronto, ou seja, soluções simples, objetividade, é disso que precisamos.

Vocês precisavam ver a alegria que o Sr. Nelson, que há dez anos vem lutando, como líder da comunidade em prevenção aos alagamentos, ficou, e a alegria do pessoal da Vila Farrapos. Muito obrigado, Ramiro. Muito obrigado, Prefeito Marchezan, a comunidade do bairro Humaitá/Farrapos agradece.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Secretário Ramiro, quero aproveitar a oportunidade – e já falaram muito bem – da complexidade desta questão. Mas eu gostaria de dizer que tenho muitas esperanças, mas também tenho decepções. Eu sei que é muito difícil, o Governo faz suas opções. DMLU, DEP, DMAE, DIP, Arborização e DCVU, olha, Ver. Ramiro, não é fácil. DMLU, DEP eram outras secretarias; DMAE era outra secretaria e o nosso primo rico; DIP era uma divisão da SMOV, arborização era da SMAM; e a Divisão de Conservação de Vias Urbanas – DCVU da SMOV. Então, vejam o quanto é complexo. Eu não estou contente e tenho certeza de que a maioria da população não está contente

até agora, mas é uma opção do Governo. Fez a opção, não tem um foco aqui, são várias secretarias ou várias ex-secretarias. O Ricardo, por exemplo, está com a SMIC, Turismo, SMURB e EdificaPOA – não tem um foco também. Eu sou da época em que um Secretário ficava ... Aqui o ex-Secretário do DMLU, o Carús, falou que centrava todas suas forças naquele trabalho, o DEP também. Hoje o DMLU depende da Cootravipa, o DEP, tirando aqueles problemas judiciais. ... Quero dizer aqui ao Robaina, que sempre toca nesse assunto, que não está esquecido não, mas a justiça é uma só. O Ministério Público, a Polícia Civil e, automaticamente, a PGM estão elaborando e, no mais curto prazo, vão dar um resultado. Não está esquecido, estou procurando essa ideia, automaticamente, para elucidar essas questões. Então, acredito que o 156 deve estar congestionado, porque é difícil fazer uma equação dessas que vocês estão fazendo, é um desafio. Imagino o Secretário Elizandro Sabino com a SMOV e sem a DCVU. Nós que passamos lá, Zacher, o braço direito da SMOV era a DCVU, Divisão de Conservação de Vias Urbanas, é aquele pequeno problema nos bairros, é no dia a dia, e essa perdeu força. A DIP, Divisão de Iluminação Pública, perdeu força, porque ela era um órgão muito importante na SMOV. Quero trazer essas questões aqui para serem analisadas com muita profundidade, meu amigo Ramiro. Teu trabalho é profundo, mas é difícil. A sociedade cobra muito de nós, eu tenho dezenas de requerimentos com protocolo de pessoas que não foram atendidas em várias Secretarias, em vários departamentos da Prefeitura. Portanto, muito cuidado, é difícil fazer essa equação, mas é uma opção que o Governo fez, tem todo o direito, e esta Câmara aprovou, mas a cada dia pipocam pela Cidade problemas em várias Secretarias que hoje são desmembradas. DMAE. O DMAE foi o primo rico, o que houve com o DMAE que hoje não consegue fazer as suas obras? Nem a sua demanda no dia a dia, de tapar buracos? O que houve com o DMAE, que emprestava dinheiro para a Prefeitura? O que fizeram com o DMAE? Isso tem que ser esclarecido. Será que precisa tirar um pedaço do DMAE para botar para outra Secretaria, e o DMAE, que é arrecadador, que é do Município, que cobra todo o dia, de casa em casa água e esgoto? Há coisas que temos que desmistificar, e que não estão me agradando, mas eu não sou Secretário, eu sou Vereador, e por isso estou levantando essas questões, goste ou não goste, para que possamos ajudar. Mas o atendimento à sociedade e à população, não chegou ainda na maioria dos bairros da Cidade. Essa é a verdade. Se formos, e a ideia é boa, Ramiro, do mutirão, mas tu vais passar o ano fazendo mutirão, e, quando chegar no último, vai ter que voltar para o primeiro. O importante – e eu sou dessa época – é que a Secretaria tenha potencialidade para fazer o dia a dia da Cidade, e atender o cidadão diariamente com suas potencialidades.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que parabenizo o Secretário Ramiro pelo trabalho, que é árduo, difícil, pela peculiaridade desta Secretaria, deste departamento, mas gostaria de saber como a tua Secretaria vai atender diariamente a população de Porto Alegre. O mutirão é bom, mas vai chegar o momento em que a Secretaria vai ter que ter a sua capacidade para, lá na ponta, atender o cidadão. Muito obrigado, parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente; Ver. Janta, Líder do Governo; Secretário Ramiro, eu quero cumprimentá-lo, parabéns por estar aqui com a gente. Vamos esquecer o passado, vamos falar daqui para frente, porque é o que o povo quer saber: daqui para frente como ficará Porto Alegre. Eu moro aqui no Centro e caminho muito ali no Gasômetro, naquela praça que foi inaugurada neste ano, a Praça Júlio Mesquita, localizada em frente à Usina do Gasômetro. A área é bastante procurada pela população, porque caminham ali crianças, jovens, adultos, futebol, bicicleta. E a expectativa da revitalização do trecho até a Rótula das Cuias é que esteja concluída até o final do ano. A proposta inclui dezenas de passeios de pedestres, terminal de turismo para barcos de passeio, calçada, ciclovias, banheiros, quadras esportivas, restaurantes, instalação de bancos, quiosques, tudo vai ficar maravilhoso, eu tenho certeza disso. Aquilo já está ficando lindo, vai ficar maravilhoso. Eu moro aqui no Centro, as luminárias do Centro são únicas, porque acho que elas têm uns 200 anos mais ou menos, são lindas. Precisam de uma iluminação, como o senhor estava dizendo, de LED e uma manutenção. Mas a minha pergunta como Vereador que caminha muito em Porto Alegre, e a população me pergunta, lá na praça mesmo, caminhando no Gasômetro, sobre a manutenção, porque tudo que a gente faz lindo, tem um custo de manutenção para que se mantenha aquilo lindo. Assim é no futebol, tu sabes bem, em qualquer lugar, hoje, eu com 60 anos, com o material que têm os jogadores, jogaria de novo um pouquinho. Mas precisa dessa iluminação, o Centro, que é o cartão-postal da Capital dos gaúchos. Essa é a minha pergunta.

Eu ouvi o Marcantônio falando aqui sobre o Humaitá; eu tenho muita gente querida lá, tem uma senhora até que me trata como filho, mas, quando chove, eu boto a mão na cabeça porque vão me chamar! Eu tive uma reunião no ano passado, ainda não era a gestão de vocês, com dez empresários, na Rua José Pedro Boéssio – que sai da estação e vai até a Arena –, e lá alagava tudo. O que foi dito nessa reunião, pelo Secretário na época, era que as galerias, com a construção da Arena, se foram, e precisava muita manutenção, arrumar aquelas galerias para que essa água tivesse o destino até o Guaíba sem impedimento. Até hoje, eu tenho amigos, empresários que me ligam. Eu preciso saber como vai ser tratada a manutenção, não só no Centro, mas em toda a Porto Alegre, porque nós, Vereadores, estamos na comunidade, sempre, todos os dias, e esse povo nos pergunta por que e como vai ser.

Então, essa é a minha preocupação, Secretário Ramiro. A gente sabe que vai ficar lindo, mas queremos a manutenção disso, para que Porto Alegre continue bonita, é a minha pergunta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde colegas, boa tarde Secretário, serei breve em minha fala. Queria iniciar parabenizando o Secretário pela organização e divulgação da agenda de limpezas, acho que isso é uma coisa que está trazendo muito resultado, especialmente para quem está divulgando os trabalhos das equipes da Prefeitura e procurando fazer com que a Cidade tenha um pouco mais de programação e organização da sua agenda. Isso facilita a vida do cidadão nas praças e nos bairros; portanto, é uma ação que deve ser devidamente parabenizada e continuada.

Gostaria também de aproveitar o momento para lembrar do problema de logística do lixo, especialmente para empreendedores do meio alimentício, problema esse que nós levantamos na Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização, em que o senhor esteve presente. Quero também, dentro desta pauta, lembrar que estamos correndo com uma pesquisa em torno do tema e que em breve teremos os resultados disponibilizados sobre como os empreendedores desse âmbito estão vendo a questão do lixo, que dificuldades eles possuem, de modo a conseguir colaborar para que a Secretaria possa fazer os devidos ajustes na sua logística e facilitar a vida do cidadão que empreende na nossa Cidade e que depende desse serviço.

Quero ressaltar também o assunto das PPPs, que abrangem algumas áreas das Secretarias. Acredito que são fundamentais para permitir maior entrega de serviços. Destaco a adoção de praças e parques, destaco o serviço de iluminação pública, essa forma de repensar os serviços e investimentos do nosso saneamento básico. Então parabeno pela coragem em fazer a coisa certa e aquilo que trará melhores resultados para a nossa Cidade e para os cidadãos de Porto Alegre. Elas são fundamentais; portanto, devem ser continuadas, sim, e defendidas, afinal de contas, queremos que a nossa Cidade avance, deixe de lado discussões ideológicas e parta, efetivamente, para resultados.

Quero me colocar à disposição para contribuir com a Secretaria e com a prestação de serviços aos cidadãos. Eu já estive visitando a Secretaria em outros momentos e me coloquei à disposição, assim como minha equipe, e quero seguir à disposição para conseguir construir o que for preciso para que a gente possa fazer com que essas políticas públicas sejam efetivamente implementadas.

Estou no aguardo desse aplicativo que você apresentou aqui, que, ao que me parece, será muito bem-vindo para a cidade de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO ZACHER: Boa tarde, colegas Vereadores, Sr. Presidente, Secretário Ramiro – é muito oportuna a sua vinda. Não tenho a menor dúvida de que a tarde será de um belo debate, haja vista que a questão dos serviços é o que faz uma cidade. A maior expectativa da população é que nós possamos oferecer, através da Prefeitura, serviços de qualidade, eficientes, com rapidez, bem feitos. É muito cedo para

se fazer elogios, evidentemente, mas ainda há tempo para o Governo buscar seu rumo e qualificar os serviços. Há diminuição de recursos desde 2014, e nós, que fomos secretários em áreas de serviços, eu, o Carús e outros que passaram também pelo Executivo, sabemos o quanto foi difícil administrar o pouco e com corte permanente. Imagino que não é diferente para V. Exa. que está lá no comando, onde a demanda cresce e os recursos da Fazenda, cada dia e a cada mês, são apertados para que se possa executar um plano de serviços para a população. Quero fazer esse registro, porque todos nós temos consciência do momento que nós vivemos.

Acho importante eu transmitir a minha crítica ao Governo, porque há necessidade de criatividade. O Governo está mandando a atualização da planta do IPTU e isso nada mais é do que aumento de imposto no bolso do cidadão! Porto Alegre vai ficar uma cidade cara, insuportável para se viver. Tudo aquilo que nós rechaçamos e aquilo tudo que está na campanha política, nos programas eleitorais, depois de eleito, o Governo faz o contrário! Quer dizer, vou taxar o cidadão para pagar essa conta! Nós temos que buscar a criatividade. Eu e muitos Vereadores tivemos a oportunidade de visitar Barcelona. Eu conversei com um secretário de serviços que me disse que gastam em torno de um bilhão de euros em limpeza pública! Mas Barcelona está recebendo mais de 15 milhões de turistas por ano. Ela se modernizou. Esse é um belo debate que podemos fazer, porque esses são os caminhos que vamos ter, porque senão vamos nos tornar uma cidade completamente cara, insuportável para se viver. Por exemplo, há por parte do Governo e ouvimos dos empresários de vários setores que há um desajuste no sistema de transporte. A Carris aponta prejuízos sistematicamente, o Governo tem aportado recursos, muito inferiores a outras capitais, e o que o Governo faz? Corta a segunda passagem gratuita e novamente quem paga é o trabalhador, é o microempresário, quer dizer, situações como essa... Por exemplo, quero citar, não são dados que estão no *site* da transparência, aliás, quero registrar isso, a dificuldade de se obter algumas informações no *site* de transparência da Prefeitura, mas eu tenho a informação de que a EPTC, em seis meses, Oliboni, já arrecadou mais que se arrecadou em 2017, quer dizer, em seis meses arrecadou o que se arrecadou em um ano; política fiscal através da multa! É óbvio! Usar o argumento de que são os infratores; os infratores cresceram 100% num ano? Não! Nós sabemos que temos que corrigir a infração com multa, com educação, com campanha, com controle, mas não fazer política fiscal. Então, eu quero dizer que a gente espera, e há por parte do cidadão, e que aqui a Câmara de Vereadores possa dar o suporte para o Governo. Quero dizer que eu estarei presente, Secretário, em todo o momento em que o Governo precisar de apoio para que possamos criar, com inovação, alternativas para que possamos melhorar a arrecadação. Aliás, cobrei do Secretário da Fazenda, olha o Secretário fez um mimimi, um chororô: “Olha, tem essa conta, tem isso, ficaram devendo, a arrecadação diminuiu”. Eu disse: “Mas, Secretário, traga alternativas a nós para que possamos incrementar a receita e cumprir atividades”. Então, o Governo, manda mais um projeto aqui para Casa, entre outros que mexem na questão da gratificação dos servidores, a questão do transporte público, das isenções, mas manda a Casa o aumento do IPTU, sabendo que nós temos 2 bilhões de dívida ativa, sendo 1 bilhão é de IPTU. Eu acho

que tenho que fazer um grande esforço, embora a Fazenda e os Procuradores têm sido destaque nesse assunto, para que a gente possa cobrar esses que estão devendo para o Município e que possamos enfrentar a crise com criatividade, com soluções novas, com novas atitudes e que não venhamos fazer pesar o bolso do cidadão, mais uma vez, fazê-lo pagar a conta dessa crise que estamos enfrentando. Então, parabéns, V. Exa. está lá porque tem competência para tal e tem o nosso respaldo para que possa enfrentar os desafios, que são muitos, pela frente. Toca ficha.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Mauro Zacher. Quero saudar o Secretário, nosso colega Vereador licenciado, Sr. Ramiro Rosário, e me somar a todas as outras manifestações que foram feitas aqui e também às cobranças que obviamente são cidadãos e fazem parte do nosso trabalho como parlamentares.

O Sr. Ramiro Rosário está com a palavra para as suas considerações finais.

O SR. RAMIRO ROSÁRIO: Fiz questão de vir à tribuna, só pude ficar 10 dias com os colegas. Primeiro, quero agradecer a todas as manifestações respeitadas, colaborativas, propositivas, acho que é isso que eleva o nível da Casa, do debate, e assim buscaremos sempre manter e agradecer todas as intervenções aqui colocadas. Vou fazer algumas considerações, primeiro, o Ver. Roberto Robaina fala a respeito da PPP, da busca de um movimento mundial por uma suposta reestatização de serviços na base de saneamento. Mas, na verdade, é importante pontuar nesse quesito específico que essa reestatização, como tem ocorrido em alguns municípios, em alguns países, especialmente europeus, se dá justamente depois das obras necessárias de infraestrutura nessas áreas de saneamento já terem sido concluídas pela iniciativa privada, buscando a universalização do fornecimento de água e de saneamento, no caso tratamento de esgoto. Agora se tem, de fato, um movimento a partir do momento que já tem um investimento todo previsto para melhorar a qualidade de vida da população, e agora, em alguns municípios, há esse caminho inverso. O que nós buscamos aqui em Porto Alegre, a Ver.^a Fernanda Melchionna também pontuou isso na sua fala, buscamos, sim, investimento privado a favor do interesse público. A Cidade de Porto Alegre, acho que foi tema de muitas falas, passa por uma crise financeira gigantesca, onde o poder público infelizmente, Vereadores, não tem as condições necessárias, financeiramente falando, muitas vezes por competência administrativa, inclusive de universalizar, por exemplo, a questão do esgoto em Porto Alegre. Essa é uma pauta que esta Casa já tem discutido há algum tempo, é fundamental para a qualidade de vida da população, e, quando a gente trata de saneamento público, interfere em uma série de outros quesitos, como saúde, educação e qualidade de vida das populações que residem em bairros não absorvidos por essa questão específica do esgoto na Cidade. É o que foi encaminhado para esta Casa, para que se possa oportunizar, de fato, esse investimento privado em

benefício do interesse público. Não tenho dúvida de que essa será uma discussão muito relevante, muito proveitosa, e espero que a cidade de Porto Alegre se faça ouvida, porque o que todos nós queremos é a universalização do esgoto na Cidade, o aumento da qualidade de vida e investimentos para quem mais precisa.

O Ver. Robaina e a Ver.^a Fernanda Melchionna falaram das investigações, muito especificamente, com relação ao Departamento de Esgotos Pluviais. Eu não tenho dúvida de que o Ministério Público, a Polícia Civil e a própria Procuradoria-Geral do Município, desde o ano passado, já protagonizam uma série de investigações. Nós, como Governo, no que for possível e sempre que chamados, estamos em contato permanente com esses órgãos, para prestar os devidos esclarecimentos e contribuir, de forma ativa, com as investigações.

Ver. Pujol, muito obrigado pelo carinho de sempre.

O Ver. André Carús fez pontuações muito importantes referentes à fiscalização dos serviços, sobre a própria questão dos contratos, ressaltando o protagonismo da última gestão em puxar para o DMLU a questão da limpeza e da manutenção, do corte da grama, da capina nas praças. Esse é um contrato importante. Ele, de alguma forma, busca aproximar os anseios da população, porque o que é que acontecia antes? A capina no canteiro da avenida era feita e, na praça, não era feita, porque eram contratos diferentes e, até então, eram secretarias diferentes, eram órgãos diferentes que prestavam esse serviço. Com a unificação, e buscando a manutenção e a limpeza das praças para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, se tem uma compreensão muito maior pela população desses serviços prestados. Esse foi um grande acerto da sua gestão à frente do Departamento Municipal de Limpeza Urbana.

A Ver.^a Sofia Cavedon falou muito bem sobre a educação ambiental. Eu acho que a Ver.^a Sofia Cavedon, ao contrário do que me pareceu o Ver. Cassiá Carpes, compreende bem o significado dos mutirões nessa questão de conscientização ambiental, para que se possa despertar nas pessoas o zelo e o carinho pela Cidade. De forma alguma, Ver. Cassiá, vinte e oito mutirões irão nivelar ou solucionar os diversos, as centenas de problemas que nós temos na nossa Cidade na prestação de serviços públicos, mas busca, sim, fazer com que se desperte no cidadão o desejo de cuidar da praça na frente da casa, da calçada na frente do seu condomínio, da sua rua e da Cidade como um todo. Com isso nós seguiremos, Ver.^a Sofia, sem dúvida nenhuma, intensificando esses mutirões e, cada vez mais, chamando a atenção para a população para que cada um saiba qual serviço está sendo prestado, quanto custa esse serviço e nos auxilie na fiscalização. A Vereadora também falou sobre a terceirização e pontuou que é importante a terceirização em muitos serviços desde que haja também servidores do quadro mistos, com o que eu também concordo. Acho que é fundamental que nós tenhamos uma memória do Município e isso se faz através dos seus servidores do quadro, é fundamental que eles sempre estejam à frente desses processos. Evidentemente, toda parte de planejamento, de programação de serviços será e é feita pelos técnicos competentes de cada uma das divisões e departamentos. Agora, sem sombra de dúvidas, a especialização dos serviços, a terceirização se faz necessária e se torna também produtiva quando se tem esse planejamento bem feito e um

acompanhamento desses serviços com um controle forte sobre os contratos e a fiscalização daqueles que estão na rua prestando esse serviço de interesse público. Fala também a respeito das PPPs, e esse será um debate muito interessante que esta Casa vai enfrentar ao longo dos próximos dias, ao longo das próximas semanas, e eu vejo que Porto Alegre pode, sim, dar um passo muito importante na busca – e repito o que disse ao Ver. Robaina e à Ver.^a Melchionna – de dinheiro privado em benefício do interesse público. Tudo às claras, com transparência, para que se possa, de fato, buscar os investimentos que a Cidade hoje não tem condições de realizar. E assim a gente consegue aproximar um pouco daquele futuro que a gente tanto sonha para a Cidade para a nossa realidade. O Ver. Oliboni trouxe aqui a situação da Rua da Represa, estivemos lá juntos. É uma tragédia que aconteceu na nossa Cidade, e, infelizmente, nós temos, assim como é ao longo do Arroio Moinho, lá na Rua da Represa, nós temos em Porto Alegre cerca de 700 comunidades em situação irregular, muitas delas em áreas de risco, como é ali o caso. O senhor esteve lá comigo e viu construções sendo realizadas dentro do leito do arroio, então é muito difícil. Mas se nós temos o arroio, a natureza, a própria questão do leito, da metragem necessária para que se tenha o mínimo de segurança ali nas construções, esse debate também deve ser feito aqui, de se buscar a regularização fundiária e de alguma forma também estancar essas invasões em terrenos que não são próprios de abrigarem moradias. Já foram realizadas algumas intervenções pela Secretaria de Serviços Urbanos e pela Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade – acho que o seu gabinete acompanhou isso. Nós tivemos, inclusive, uma intervenção na esquina da Manoel Bittencourt, a Rua da Represa, onde o Departamento de Esgotos Pluviais, de uma forma emergencial, ampliou a questão da drenagem, possibilitando maior fluxo à vazão do arroio Moinho naquele ponto. Precisa ainda de uma série de outras intervenções, e seguiremos acompanhando, ao lado do seu gabinete, para que a gente possa manter a população informada. Inclusive aqui anotei, também, alguns pedidos referentes a outras secretarias, para que a gente possa encaminhar aos colegas secretários e lhe dar o retorno o mais breve possível.

Ver. Moisés Barbosa, obrigado também pelo carinho, pelo acompanhamento e pelas sugestões que tenta dar a esta gestão à frente da Secretaria, diariamente acompanhando, cobrando. Não é porque o Vereador é do mesmo partido, é da base que não cobra; ele cobra sim, ele busca soluções, e é importante nós construirmos juntos esta gestão à frente da Secretaria.

Ver.^a Fernanda Melchionna fez um questionamento referente aos contratos do DEP. Nós temos hoje, Ver.^a Fernanda, vigentes, o contrato de turmas para manutenção corretiva, que é o da limpeza da boca de lobo, de pequenas obras, um contrato emergencial que iniciou efetivamente na última semana devido a uma impugnação realizada na origem da licitação pela Cootravipa, e quem venceu esse contrato foi a empresa MG Terceirizações e Serviços. Todos esses dados aqui depois podemos passar diretamente, Ver.^a Fernanda.

Nós temos um contrato de pequenas obras que ainda está em fase licitatória; nós temos uma licitação de dragagem de arroios que já tem uma vencedora do certame, que é a empresa F.F. Maraskin; a operação de casas de bombas está vigente com a

Cooperativa Cootravipa; e nós temos outros dois contratos em processo licitatório de manutenção mecânica e elétrica das Casas de Bombas e um outro que está sendo elaborado ainda em termo de referência que também não foi renovado, de desassoreamento de galerias, o que é fundamental. Os técnicos estimam que temos cerca de 70 a 80% de assoreamento das galerias – areia, terra dentro desses espaços, onde deveria haver água das chuvas, minimizando os alagamentos. Então passo esses dados todos para vocês para que possam acompanhar e propor sugestões, mas não temos, na nossa pasta, pelo menos nos contratos que dizem respeito à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, não temos mais contrato com a empresa JD, nem com a construtora Mínozzo.

O Ver. Luciano Marcantônio fez uma colocação sobre a Casa de Bombas Vila Farrapos. É importante frisar que é uma parceria entre a iniciativa privada com associação de empresários da região Humaitá/Navegantes, que estão investindo mais de R\$ 100 mil no conserto de duas bombas da Casa de Bombas número 5, do painel do gerador e da comporta que evita que o lixo entre dentro do poço da Casa de Bombas. Então, é um investimento da iniciativa privada, não é uma contrapartida, não é uma PPP no conceito que temos discutido, é uma doação de serviços para a cidade de Porto Alegre, até mesmo porque estas empresas são diretamente atingidas em dias de chuva. A contrapartida que eles nos pediram, na verdade, é que façamos o nosso serviço de limpeza das redes pluviais, bocas de lobo e galerias. Estamos nos esforçando para dar este retorno a eles. O Ver. Cassiá falou aqui também das dezenas de protocolos não cumpridos; peço que nos passe isso, por gentileza, para que possamos lhe dar o retorno o mais breve possível, inclusive os Vereadores podem pedir para suas assessorias entrar em contato direto com o Roberto Lima, assessor que nos acompanha, justamente para isso, para que questões pontuais de pedidos que não foram atendidos ou que precisam ser encaminhados possam encontrar uma solução mais breve com o Roberto, para que a gente possa informar a programação desses serviços.

Para finalizar, o Ver. Tarciso fala da Praça Júlio Mesquita, dos alagamentos no entorno da Arena. É importante frisar que nos últimos dias a Administração notificou o DNIT e a CEEE, referente a obras que foram realizadas naquele entorno, no complexo da RS-448, onde inclusive um pilar da RS-448 foi construído dentro de um canal de drenagem, de um arroio, o que tem dificultado muito na questão dos alagamentos também. Então, o Município já notificou tanto o DNIT quanto a CEEE para que se manifestem nesse sentido e apresentem uma solução.

E o Ver. Mauro Zacher pontua aqui sobre a necessidade de criatividade na busca por soluções da situação financeira. Concordo com o Vereador, precisamos muito, inclusive, desta Casa, para que, de uma forma muito mais do que criativa, mas realista e com os pés no chão, possamos, juntos, aprovar as medidas que são necessárias para tirar Porto Alegre do fundo do poço onde se encontra. E que a gente consiga, de fato, entregar serviços melhores para a população e uma Cidade muito mais humana, participativa, honrando a sua tradição, mas empreendedora e leve para que a Cidade possa respirar e buscar, de fato, mais qualidade de vida para o seu cidadão. Muito

obrigado, Presidente Valter Nagelstein; nosso Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta; e sigo à disposição de todos os colegas.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, mais uma vez, muito êxito na sua missão, que sei que não é nada fácil, como ficou muito evidente aqui a partir exatamente da reestruturação e de tantas responsabilidades que lhe tocam à frente dessa Secretaria vitaminada, eu diria. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 17h11min.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 17h12min): Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, na semana passada, tivemos alguns eventos que me chamaram a atenção e peço aos colegas para que façam uma reflexão junto comigo. Eu queria que vocês assistissem a essa imagem, que não é da semana passada, essa imagem tem uns dois meses. De lá para cá, eu venho refletindo um pouco sobre onde nós vamos chegar.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. CLÁUDIO JANTA: Esse é o chefe da segurança do Centro Popular de Compras. Esse homem ficou agonizando por 15 minutos no Centro de Porto Alegre, na Rua Voluntários da Pátria. Eu não vou mostrar todo o vídeo porque ele é horrível. Eu assisti a esse vídeo por 15 minutos. Chefe de segurança do Centro Popular de Compras, o que está no chão, 15 minutos, e as pessoas filmam, as pessoas olham, as pessoas – centenas de pessoas –, na Rua Voluntários da Pátria, veem essa barbárie! Esse é o final, agora vem um segurança ajudá-lo. Por 15 minutos as pessoas assistem a isso: um ser humano deitado, apanhou como bicho de uma quadrilha que quer dominar o Centro Popular de Compras de Porto Alegre. Aí vem um outro segurança ajudar. Ninguém fez nada, ninguém foi capaz de pegar uma viatura da Brigada na Praça XV de Novembro, ou na Ughini. Ele foi despido de suas roupas, a situação mais humilhante a que pode chegar um ser humano que atua na questão da segurança pública. Isso é só um pedaço a que pode chegar um ser humano. Mas eu quero chegar na semana passada, em que o nosso colega, Ver. Moisés Maluco do Bem foi sequestrado. E o Ver. André Carús postou no nosso grupo a barbárie, e eu fui ver... O que disseram sobre o sequestro do Ver. Moisés Maluco do Bem, como se ele fosse um criminoso, gente! Como se ele fosse... não tenho nem palavras para isso. E, no sábado, morreu o ex-Deputado Carlos Araújo, e eu fui ver... como se ele fosse... não sei nem o que dizer... é uma barbárie!

Nós estamos vivendo uma barbárie! Nós estamos vivendo um mundo... E vejo dois fatos: a Helena, filha do Ver. Matheus Ayres, e a Linda Anis, minha filha que nasceu. O que vai ser dessas crianças? Que mundo é esse em que nós estamos vivendo? Um homem que presta segurança para as pessoas que frequentam um centro de compras, fica 15 minutos agonizando. Um Vereador que é sequestrado, e as pessoas o tratam como se fosse o maior marginal do mundo! Um ser humano que morre sofrendo num hospital, um homem que dedicou a sua vida pública à melhora da vida das pessoas, como foi o ex-deputado Carlos Araújo, e é tratado como se fosse um marginal também. Que mundo é esse, gente? Aí, um grupo pacifista se reúne nos Estados Unidos para fazer uma passeata pela paz, aí vem um grupo de extrema-direita armado e ataca esse grupo e mata três pessoas. Que mundo é esse? O mundo é um caos. Eu acho que, além de nós refletirmos sobre as questões de Porto Alegre, temos que começar a refletir sobre o mundo em que nós vivemos.

Para encerrar, eu pego a postagem do Ver. João Bosco Vaz, que foi visitar o Ver. Professor Garcia, no hospital, no sábado, que está convalescendo até hoje de uma AVC, de uma trombose que teve dentro desta Casa, em função de tudo que enfrentamos para tentar melhorar a vida das pessoas, tentando acertar. Mas a barbárie do mundo é essa, um ser humano ser tratado como... Nem um bicho é tratado assim... O Ver. Rodrigo Maroni nos mostrou um vídeo de um cavalo sendo tratado... Não tem palavras do que é isso, não tem palavras do que o Ver. Moisés recebeu na sua despedida, e o que a gente vê diariamente de ofensas, o que a gente vê de horrores não somente nas redes sociais, mas ao vivo quando vemos uma pessoa ficar agonizando na rua por mais de 15 minutos e ninguém lhe estender a mão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Queria convidar os Srs. Líderes para se aproximarem da presidência, por favor. Temos uma consulta. Mas me somo à sua manifestação, dizendo que, infelizmente, parece que há muitas pessoas que criticam a política e são muito piores do aquilo que eles criticam.

Senhoras e senhores, então, por um acordo aqui de todas as Lideranças, nós não vamos entrar na Ordem do Dia de hoje, todos os assuntos que estão na Ordem do Dia ficam automaticamente transferidos para quarta-feira. Seguimos normalmente a nossa Sessão, temos o período de Comunicações, depois, Pauta.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações de hoje para próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Agradeço a palavra, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Ver. Oliboni, esta é uma semana de luta mais uma vez, de luta forte. Há pouco tivemos um debate sobre os serviços, e eu questionei o Secretário Ramiro sobre as razões da PPP na iluminação pública. Qual é o diagnóstico? O que diz ao Poder Público que ele tem que privatizar e que vai ser melhor para a Cidade? Numa área que nós temos recursos garantidos, Ver. Oliboni, todas as pessoas pagam Taxa de Iluminação Pública mensalmente, ou seja, é um grande recurso. Temos uma equipe enxuta, não precisa de muito e está funcionando toda uma reciclagem da iluminação pública. Então, onde está o diagnóstico para ter que gastar com intermediário privado na iluminação pública? E o Secretário Ramiro não entrou nesse tema.

E eu sigo perguntando sobre o tema do DMAE. Não eu. Vereadores de vários partidos, ex-dirigentes de vários partidos, entidades de todas as ordens vão abraçar o DMAE na quinta-feira, ao meio-dia. Será um abraço suprapartidário. O Governo Municipal não pode sair privatizando áreas que estão funcionando bem; simplesmente ele vai entregar para a iniciativa privada, simplesmente vai tornar um direito, um bem público em um produto para rendimentos privados. E aí um produto não sai gratuitamente para uma família pobre, para uma comunidade que teve que ocupar e que não tem como beber uma água limpa, para famílias que ficaram sem dinheiro e vão atrasar aquela conta social, quiçá a tarifa social não estará ameaçada, porque será um produto para lucro, Ver. Adeli. Para lucro! Então, é um movimento suprapartidário, forte, belíssimo, mais uma vez na defesa do DMAE, porque, em outros momentos, tentaram que o DMAE fosse incorporado pela Corsan, em outros momento tentaram fazer PPPs em fatias do DMAE. Aliás, a leitura do registro do consumo de água foi privatizada e é um desastre. Porque ela começou a ser medida e indicada na média, teve perda de recursos, com certeza, na mudança de leitura no DMAE há uns dois ou três anos. Nós denunciemos nesta tribuna, o povo do Cores, do Simpa, que está aqui presente, denunciou. Já ficou demonstrado que privatizar uma área superavitária com saúde financeira, com tecnologia avançadíssima desenvolvida pelos nossos colegas, pelos nossos funcionários, com laboratório de alta eficiência é um mau negócio para a cidade de Porto Alegre. Então não é toda a PPP que tem que acontecer. Tem que haver diagnóstico, tem que ouvir a cidade de Porto Alegre, tem que compartilhar essa decisão. Eu perguntei e recebi uma resposta ao Pedido de Informações sobre o Mercado Público: as contas, a receita e a despesa do Mercado Público de 2012 a 2016, Ver. Adeli: equilibradas! Equilibradas. Foi o Governo, foi o Prefeito Marchezan que mandou, sim, assinou embaixo à resposta do meu Pedido de Informações. Então não é assim, uma barbada. Os permissionários não pagam pouco, pagam R\$ 90,00 pelo metro quadrado no Mercado Público, e eles são proibidos de oferecer o autoatendimento, eles têm que colocar funcionários, eles geram empregos, muitos empregos. Então, eu quero encaminhar nesta liderança do PT, dizendo que, sim, será um grande debate. Um debate que importa para a Cidade, não é um debate que será medido nas forças partidárias. Vai ser levado para o conjunto da Cidade, sim, e quinta-feira a Cidade estará abraçando o DMAE de manhã, e às 18h também a categoria municipalidade, que rejeitou, por unanimidade, na sexta-feira, os projetos que...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o final do seu pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...Eu encaminho aqui a minha fala dizendo que a categoria rejeitou, por unanimidade, os projetos que aqui vieram atacando a sua carreira, e tirou vários movimentos de luta, e luta que não é corporativa, Ver. Dr. Thiago, só dos municipais, não. A reunião do Fórum de Mobilização está envolvendo muitas entidades, porque o interesse público, o serviço público é de toda a Cidade, não é uma luta corporativa. Então o Mercado Público vai ser abraçado por decisão de assembleia, me contava agora a direção do Simpa, na quinta-feira também às 18h. E eu espero que esta Câmara seja muito mais sensível, muito mais atenta, muito mais respeitosa com os processos da Cidade, com as conquistas da Cidade, com os conhecimentos da Cidade do que o Prefeito Marchezan tem sido nas suas iniciativas, porque assim é que nós vamos fazer uma Cidade melhor, não é nos desfazendo do serviço público.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1833/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 182/16, de autoria do Ver. Cassio Trogildo e outro, que obriga a manutenção de equipe de brigada profissional composta por bombeiros civis nos estabelecimentos que especifica. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 1266/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/17, de autoria do Ver. André Carús, que institui a Feira da Praça Jaime Telles, destinada a comercialização de artesanatos, artes culinárias e produtos da economia popular.

PROC. Nº 2031/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 011/17, que estabelece normas gerais sobre vida útil e fomento à adoção de mecanismos de propulsão advindos de novas tecnologias ecologicamente sustentáveis nos veículos da frota do serviço público de transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 2.758, de 4 de dezembro de 1964. **Com Emenda nºs 01 e 02.**

PROC. Nº 2032/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/17, que fixa critérios para a utilização dos benefícios de isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre. **Com Emendas nºs 01 a 06.**

PROC. Nº 2033/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/17, que dispõe sobre a Passagem Escolar e revoga a Lei nº 5.548, de 28 de dezembro de 1984, a Lei nº 6.431, de 3 de agosto de 1989, a Lei nº 6.998, de 10 de janeiro de 1992, a Lei nº 7.462, de 20 de julho de 1994, e a Lei nº 8.600, de 13 de setembro de 2000. **Com Emendas nºs 01, 02, 03, 04 e 05.**

PROC. Nº 2034/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/17, que altera o *caput* do art. 1º da Lei nº 11.768, de 5 de janeiro de 2015 – que estabelece que a concessão da isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo por ônibus aos soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e aos Guardas Municipais de Porto Alegre, desde que em horário de serviço, prevista na Lei nº 5.397, de 10 de janeiro de 1984, alterada pela Lei nº 7.017, de 27 de março de 1992, ocorrerá mediante o uso de farda ou a apresentação de Cartão de Isenção na forma de Passe Gratuito ou similar, emitido pela Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), estende essa isenção aos demais servidores de nível médio da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, aos soldados do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul e aos demais servidores de nível médio desta corporação e revoga o art. 2º da Lei nº 5.397, de 10 de janeiro de 1984, alterada pela Lei nº 7.017, de 27 de março de 1992. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 2035/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 015/17, que autoriza a alteração da tripulação do sistema de transporte coletivo e disciplina o pagamento da tarifa no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) e 4 (quatro) horas, revogando o § 4º do art. 1º da Lei nº 7.958, de 8 de janeiro de 1997.

PROC. Nº 2047/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 017/17, que revoga a Lei Municipal nº 5.624, de 18 de setembro de 1985, que estabelece a isenção do pagamento de tarifas de Transporte Coletivo do Município de Porto Alegre para as pessoas de mais de 60 (sessenta) anos, fixando disposição transitória para os atuais beneficiários de referida isenção.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 2064/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 009/17, que altera o *caput* do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. (Conselhos Municipais)

PROC. Nº 1270/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui inc. XXVIII no *caput* do art.

21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, dispondo acerca da base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços que especifica.

PROC. Nº 1457/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui incs. XXVIII e XXIX no *caput* do art. 21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, dispondo acerca da base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços que especifica.

PROC. Nº 1823/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 032/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein e outros, que revoga a Lei Complementar nº 420, de 25 de agosto de 1998 – que institui o Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 1904/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/17, que institui o Fundo Municipal de Segurança Pública (FUMSEG). **Com Emendas nºs 01 e 02.**

PROC. Nº 1953/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/17, que altera o *caput*, os incs. I, II, III, IV, V e VI; as als. *a*, *b* e *c* do inc. IV, e incluídas as als. *d* no inc. IV; *a* e *b* no inc. V, todos do art. 74-A da Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999. (PDDUA – alteração/ limites de Área Especial de Interesse Institucional)

PROC. Nº 1099/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/17, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que isenta do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos municipais as pessoas cadastradas no Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (Redome).

PROC. Nº 1490/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/17, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que inclui os rodoviários do Município de Porto Alegre no grupo prioritário de vacinação contra o vírus influenza.

PROC. Nº 1664/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 193/17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Vital Moacir da Silveira.

PROC. Nº 1812/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Acesso Rio Nilo, Acesso Rio Lena, Acesso

Rio Amur, Acesso Rio Níger, Acesso Rio Volga e Acesso Rio Indo logradouros acessos condominiais que especifica, localizados no Bairro Restinga.

PROC. Nº 2036/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/17, que altera o *caput* do art. 21 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998; a ementa; o art. 1º; o *caput* do art. 2º; o *caput*, o parágrafo único, renumerando-o para § 1º, e seus incs. do art. 3º; o *caput* e o § 4º do art. 4º; o inc. II do *caput* e o inc. II do § 1º do art. 5º; o *caput* do art. 7º; o art. 8º; o *caput* do art. 9º; a al. *d* do inc. I e a al. *d* do inc. II do art. 11; os incs. II, III e IV do art. 21 e o parágrafo único do art. 37, inclui o § 2º no art. 3º; os §§ 6º e 7º no art. 4º e o art. 21-A, e revoga o inc. VIII do *caput* e o inc. I do § 1º do art. 5º e o art. 13, todos na Lei nº 12.162, de 9 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 2057/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/17, que altera o art. 2º da Lei 11.466, de 29 de julho de 2013, que institui o monitoramento dos veículos integrantes da frota do transporte individual por táxi do município de Porto Alegre, altera o parágrafo único do art. 1º, o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 5º, o *caput* e o § 1º no art. 8º, o inc. XVIII do art. 23, § 3º do art. 27, o *caput* e o § 3º do art. 31, o inc. I e II do art. 33, o *caput* e os §§ 2º, 3º, 4º e 8º do art. 34, o § 4º do art. 38, art. 39, o art. 40, o art. 41, os §§ 1º, 5º e 8º do art. 65, inclui os §§ 5º, 6º e 7º no art. 8º, inclui o art. 18-A, os incs. XXXIII a XXXV no art. 23, o inc. III ao art. 27, art. 27-A, o art. 30-B, o art. 31-A e 31-B, o § 5º no art. 38, o § 6º no art. 57 e o § 18 a 20 no art. 58, revoga os §§ 3º e 4º do art. 5º; o art. 18; § 5º do art. 27; § 2º do art. 33; §§ 1º, 5º, 6º e 7º do art. 34; §§ 1º, 2º e 3º do art. 36; os incisos II a V do § 2º e os §§ 3º e 4º do art. 38; o inciso III e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 42, e os §§ 6º e 7º do art. 65, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, revoga a Lei nº 7.951, de 8 de janeiro de 1997; a Lei nº 8.357, de 13 de outubro de 1999; a Lei nº 8.751, de 28 de agosto de 2001, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013.

PROC. Nº 2749/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/16, que altera a especificação da classe de cargo de provimento efetivo de Assistente administrativo, constante da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988, da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988, e da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, fiz questão de assegurar nesta reunião de hoje, nesta sessão ordinária da Casa, a realização deste período de discussão preliminar, na medida em que nós temos hoje, entre primeira e segunda sessões, 21 projetos de lei, sendo que, em primeira sessão, nós temos vários projetos de origem do Executivo, todos eles vinculados ao

transporte coletivo na Cidade. Como estes projetos estão em primeira sessão e temos outros tantos, mais de 13 projetos em segunda sessão, eu vou-me permitir concentrar a minha manifestação no dia de hoje no PLCE que altera o *caput* do art. 1º incluído na Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, ou seja, a Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

Sr. Presidente, a proposta do Executivo objetiva alterar este *caput* do inc. I, II, III, IV, V e VI e alíneas *a*, *b*, *c* e *d* do inc. IV do art. 74-A, que passa a ter a seguinte redação: fica instituída Área Especial de Interesse Institucional constituída pelo conjunto de terrenos ocupados pelo Complexo Hospitalar Conceição, localizado na subunidade 06, da Unidade de Estruturação Urbana 072, da Macrozona 03 que, em razão de incorporação de terreno lindeiro, passará a ter os limites conforme planta de localização anexa à presente Lei.” E efetivamente, está anexada a planta. Em verdade, enseja, Srs. Vereadores, a regularização de toda essa área do Complexo do Grupo Hospitalar Conceição, localizado na Rua Francisco Trein, com limites que se estendem até a Álvares Cabral, bem como à Rua Marco Pólo, num conjunto que envolve alguns metros quadrados totalmente edificados, com vários dos hospitais que compõem o GHC, entre os quais o Conceição, o Hospital do Idoso, e todos aqueles equipamentos que a Cidade conhece e reconhece como fundamental, não só para os programas de Saúde no Município, como também para a região metropolitana de Porto Alegre, muito especialmente as áreas de Cachoeirinha, Alvorada e Gravataí, que, com frequência, se socorrem do GHC. Então, Sr. Presidente, eu vejo que esse projeto cumpre o segundo dia de pauta, vai ter a sua regular tramitação. Já foi examinado pela Procuradoria da Casa que conclui a sua exposição, dizendo que a matéria objeto da proposição, infere-se do exposto, insere-se no âmbito de competência municipal, inexistindo óbice legal à tramitação. Saliento que essa emenda à Lei Municipal não altera em nada o seu conteúdo. Ao final e ao cabo, é apenas uma extensão diária. Concluo dizendo que não altera em nada o conteúdo da legislação vigente, simplesmente é uma pequena ampliação da área onde se insere o GHC e, evidentemente, isso não implica em alteração do regime urbanístico do local, já que esse se encontra exaurida pelas construções já existentes. Com isso se regulariza todos aqueles prédios, e o GHC fica com melhores condições de cumprir suas elevadas finalidades, que são por todos nós reconhecidas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, público que nos acompanha nesta Sessão, o Ver. Reginaldo Pujol realmente falou aqui de um empreendimento muito importante na cidade de Porto Alegre, que já está em segunda Sessão de Pauta, que é o novo hospital, o Hospital de Hematologia ali no Grupo Hospitalar Conceição. Esse movimento, essa notícia, essa obra, não é de agora,

ela vem da gestão anterior, onde tinha como superintendente a Sra. Sandra Fagundes, que foi também Secretária de Estado da Saúde, e o Professor Barichello. Enfim, esse é um pleito antigo, e, com certeza, terá o apoio da Câmara Municipal de Porto Alegre na medida em que estamos tratando de um instrumento público da saúde, que com certeza terá todo o nosso apoio na tramitação, no apoio e na votação favorável a esse projeto, embora ele mude, é claro, a questão urbanística naquele local, até porque foi negociado com o Poder Público Municipal uma dívida que o Município tinha em relação ao GHC, e o GHC acabou concordando e fazendo a permuta de uma área ao lado do GHC. É um grande instrumento público, é um novo hospital, e com certeza terá a sensibilidade dos Vereadores e Vereadoras desta Casa. Quero, também, fazer uma pequena observação, mas é de extrema importância, na medida em que o Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, fez um requerimento, na semana passada, pedindo que alguns projetos do Governo, que trabalhavam com a isenção das passagens ou eliminação, como é o caso aqui das pessoas com 60 a 64 anos de idade, e a gente percebeu que o Líder do Governo pediu a paralisação da tramitação desse projeto de lei. E na verdade está tramitando normalmente aqui na Casa. Não foi atendido esse pedido do Líder do Governo, e a Casa, enfim, como não recebeu uma posição do Governo, os projetos estão tramitando normalmente. Na medida em que eles passam por três Sessões aqui, Ver. Cassiá, eles vão para a CCJ, recebem Parecer, em seguida está aqui para votação desses projetos. E a Casa concordou, no Colégio de Líderes, Ver.^a Sofia, naquela ocasião eu estava lhe substituindo, V. Exa. estava viajando, haveria aqui a votação, e ela já está na Pauta na Ordem do Dia, para constituir uma Comissão Especial para discutir a questão das isenções. Ora, nós fizemos um acordo, mas me parece que esse acordo não está selado aqui na Casa. Então, eu quero aqui pedir novamente a intervenção ou a posição do Governo em relação à posição do Líder do Governo nesta Câmara Municipal, na medida em que ele fez um Requerimento pedindo a suspensão da tramitação provisoriamente por 40 dias, até que a Comissão faça aqui algumas audiências públicas, discuta com a sociedade, com os órgãos ou com as pessoas que são de certa forma mais atingidas, e que a Câmara tome uma posição mais uníssona, mais pontual em relação a esse projeto de lei. Então, nesse sentido, queria reforçar aqui, porque são projetos que acabam com as isenções e que acabou trazendo uma enorme preocupação para alguns segmentos da sociedade, como os estudantes, as pessoas que têm hoje de 60 a 64 anos de idade; a questão da segunda passagem, que em 30 dias pode terminar, porque pelo decreto ora apresentado pelo Prefeito, em 30 dias não terá mais a segunda passagem, o que acaba onerando, é claro, não só o cidadão que vai utilizar a segunda passagem, mas também o empresário que hoje fornece o vale-transporte e que vai acabar pagando a segunda passagem. Há uma preocupação geral, portanto, peço a gentileza de que haja um novo pronunciamento do Líder do Governo em relação a isso para ver se vai suspender a tramitação até que a Comissão realize um estudo em relação a esta situação, ou se os projetos tramitam normalmente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, esta Pauta tem o objetivo de realmente correr a discussão preliminar dos projetos do Executivo que nós vamos passar a analisar até o final do ano, muito importantes para a Cidade – e polêmicos, diga-se de passagem. Quero aqui falar primeiro, Oliboni, do decreto, porque aí fora a sociedade acaba nos cobrando, mas decreto não é prerrogativa de Vereador, é prerrogativa do Prefeito. Portanto, a pressão é válida, mas devemos deixar bem claro o que é nosso, o que está na Casa, o que podemos aperfeiçoar, melhorar, corrigir ou não aceitar, que são esses projetos, como no caso do projeto de lei que estabelece as tecnologias ecologicamente sustentáveis nos veículos da frota do serviço público; a isenção tarifária do transporte coletivo por ônibus do Município de Porto Alegre; a passagem escolar; também aqui a questão da isenção do pagamento da tarifa do transporte coletivo por ônibus aos soldados da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul e aos Guardas Municipais de Porto Alegre; o que disciplina o pagamento da tarifa no horário compreendido entre 22h e 4h. Então, todos esses projetos estão aqui para correr pauta para que nós possamos, até o final do ano, votar, mas terá, sem dúvida, uma comissão especial, terá um período mais longo para debater, e, automaticamente, teremos a oportunidade de, no plenário, nas Comissões, nos debates, nas audiências públicas corrigir, aperfeiçoar e apresentar emendas.

Esteve aqui o Secretário Ramiro, e eu quero também aproveitar – eu posso ter me expressado errado ou ele entendido errado – para dizer que eu não fiz nenhuma cobrança pessoal a ele. Eu citei que esse desmembramento traz um trabalho muito árduo aos Secretários, porque não tem um foco. Na realidade, eu tenho mais de dez Pedidos de Providência em vários setores. Não me lembro qual o Vereador que falou aqui que a arrecadação da EPTC cresceu; coincidentemente, eu tenho uns três ou quatro pedidos de pintura de passagem de pedestres em que a EPTC diz que não tem tinta. Tem coisas que não estão fechando: arrecada bem e não tem estrutura para fazer. Então me parece que há necessidade de reestruturar as Secretarias ou os departamentos para que haja um bom atendimento à sociedade lá na ponta. Então é nisso que nós nos colocamos.

Esta pauta que está aqui – voltando ao tema – é muito importante, será um momento de grande debate. Inclusive, Ver. Nagelstein, quando se falou ali na faixa salarial de três salários mínimos, que hoje está em R\$ 917,00, R\$ 920,00, um pouquinho mais – nós temos aqui a quinta faixa do Estado de salário mínimo, que chega a R\$ 1.448,00. Eu fiz uma emenda para que subisse para essa faixa do nosso salário mínimo regional do Estado a quinta faixa; portanto, aumentaria quase R\$ 500 por salário. Essa é uma forma de nós ajudarmos, é um debate. V. Exa., eu tenho certeza, trará outros debates nesse sentido. Então todos os Vereadores com as suas prerrogativas vão tentar buscar melhorar, aperfeiçoar, corrigir esse sistema, que é, sem dúvida, importante.

Agora, no momento, nós estamos notando na Cidade que estão fechando linhas, inclusive de lotação. Hoje – nós temos que encarar a realidade –, o Cabify, o

Uber e até o lotação são concorrências. Se tu pagas R\$ 6,00 por um lotação, tu podes pegar no mesmo período um Cabify ou um Uber e pagar R\$ 8,00. A pessoa vai de Cabify ou de Uber! Então, realmente, está atingindo o lotação, está atingindo o ônibus. Um empresário, hoje, está ocupando 70%, 60%, 50% da sua frota, porque não tem passageiros. A crise pegou, essa é a realidade! Como é que nós vamos equacionar essa questão? Esse é um debate que vai vir para esta Casa. Todo mundo está pagando, todo mundo está tendo dificuldade. Automaticamente, esse é um bom debate. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cássia Carpes. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Caro Ver. Valter Nagelstein, momento importantíssimo para que a gente debata os projetos que hoje estão em pauta. Todos os projetos que mexem na circulação e transporte estão em pauta, todos eles com projeto de lei do Executivo, projeto simples. Eu pergunto: por que o Governo fatiou projeto por projeto? Deveria ter apresentado um projeto de lei complementar com a criação de um efetivo sistema municipal de transporte e circulação, ou seja, uma lei maior, uma lei guarda-chuva. Mas tal qual foi feito no Congresso Nacional certa feita, quando se aprovou – e aqui está presente alguém que já foi do Procon, sabe do que estou falando – o Código de Defesa do Consumidor, ele foi feito por um PL, uma lei simples, para poder aprovar para que não se questionasse, para não se fazer isso ou aquilo. Logo, eu pergunto: qual a razão do fatiamento desses projetos um a um? Trata da isenção da Brigada Militar; trata do passe dos estudantes; trata dos 60, 64 anos; trata da retirada do cobrador; trata disso ou trata daquilo. Por isso eu mencionei, Omar Ferri Júnior, que nos acompanha aqui do plenário, o que foi feito com o Código de Defesa do Consumidor. Eu vou fazer um questionamento – vou ver com a nossa douta Diretoria Legislativa – junto à Procuradoria da Casa, quero saber sobre a sua posição acerca do que eu estou colocando aqui. Inclusive, vou solicitar ao meu Gabinete que pegue amanhã as notas taquigráficas e, com base nelas, faço um requerimento e uma opinião sobre a posição que estou expondo aqui. Não é uma posição meramente técnica, não é burocrática; ela tem um fundo muito forte, porque há uma diferença no número de pessoas para aprovar um PL simples e aprovar um projeto de lei complementar. Nós não estamos fazendo uma outra comissão, que até levou o apelido de revogaço, de empreendedorismo para desburocratizar, e a gente agora faz um caminhão de projetos de lei vindos do Executivo, todos eles fatiados. Isso tem uma razão muito clara, Ver. Cassiá Carpes, não nos enganemos. Nós faremos a discussão até as últimas consequências e 16 Vereadores, questionaram o decreto do Sr. Prefeito Municipal no Ministério Público de Contas e no Tribunal de Contas, acerca da retirada da segunda passagem gratuita. Por quê? Porque na licitação que os empresários, e a ATP participou, sabiam que tinha essa segunda passagem gratuita. Portanto, aqui tem uma burla a uma licitação, à Lei nº 8.666/93. E

tem mais, Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; eu protocolei um projeto de lei que obriga a municipalidade à observância à lei anticorrupção de 2013. E a observância significa que toda empresa que negociar com a Prefeitura... como vimos recentemente uma única licitação de mais de 5 milhões por uma empresa cuja condição estamos verificando, porque uma empresa com 100 mil de capital participa de uma licitação de 5 milhões e meio. Onde está o *compliance*, a conduta, as regras, o código de ética dessa empresa? E como tivemos licitações recentemente, estou fazendo uma consulta à Prefeitura, para ver se foi exigido o código de ética da ATP e das empresas que participaram da licitação. Se não tiver, vão transporte que ter. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Ver. Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Adeli Sell. A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; eu elogio os Vereadores que ficaram para este debate tão importante – Ver.^a Mônica, Ver. Cassiá, Ver. Adeli e esta Vereadora – principalmente porque não derrubaram a sessão e pudemos fazer esse debate que são, de fato, densos, sérios e complexos os projetos que vieram para esta Casa. Acho que o Ver. Adeli já levantou sobre o tema do transporte, eu só vou fazer uma observação nesse tema. Estão muito bem colocados os temas, mas o da presença do cobrador, a importância de mais um na tripulação nesse horário, que é o horário de insegurança, que é horário noturno, de pouca gente na rua, de poucos passageiros, tem uma importância fundamental para analisarmos, porque um apoia o outro no visual da rua, na chamada de socorro, no atendimento de pessoas. Eu acho que há um desconhecimento, um abandono do trabalho desses servidores, que é fundamental, que é de risco, que é estressante, que sofre violência junto com a tripulação. Tenho graves críticas e sou contrária a essa retirada. Mas quero chamar a atenção de um projeto que está em 2ª Sessão de Pauta, que atinge todos os conselhos municipais de Porto Alegre, que retira deles, parece uma mudança simples, a força da deliberação e a força da previsão na Lei Orgânica para se tornar lei ordinária, e há previsão principalmente da deliberação. Então, essa é uma combinação nefasta para a cidade que nós já vínhamos discutindo. É um Governo que não dialoga com ninguém, que é autoritário, que é autocrático, que é debochado, que não pergunta e que agora quer diminuir a força da representação social nos conselhos. Um dos conselhos que a gente já tem notícia é o conselho do DMAE, por exemplo, que é um conselho que tem doze ou catorze entidades da sociedade civil. É ou não é estratégica a água para a Cidade de Porto Alegre? Não importa quem trabalha, não é uma geradora de empregos – a água do DMAE poderia estar nesta tribuna, Ver. Bosco. Esse desempoderamento da população, que já perdeu a rodada do Orçamento Participativo este ano e agora, pela lei, vai perder força, os conselhos representativos, o conselho de educação que aprova os convênios, o conselho da criança e do adolescente, que inclusive aprova as entidades que podem conveniar, aprova recursos e editais para o Funcriança, e controla esses recursos, e vai

controlar lá na ponta. Poderiam-se citar os inúmeros conselhos que, se tivessem força e trabalho, dariam outra qualidade, outro pertencimento aos cidadãos, sensação de pertencimento à Cidade e incidência sobre a política pública. Eu acho um grande equívoco, e ele vem no bojo de uma série de projetos que atingem direitos que estão na Cidade, e ele vem desempoderar a cidadania, para fazer o controle, imaginem um Governo que vai ampliar as PPPs, ampliar a entrega à iniciativa privada e reduzir o protagonismo da sociedade. De fato, nós teremos que ser uma Câmara muito atenta e que substituir essa escuta do Prefeito Municipal que não há. A credibilidade, uma crença ou uma aposta no protagonismo popular nós teremos que resgatar aqui no Parlamento. Um Parlamento criado para exercer a democracia representativa será instado a valorizar a democracia participativa mais uma vez. Isso é uma marca da nossa Cidade, acho que nós não podemos deixar haver retrocesso nessa marca fundamental. Erram menos os Governos, quando chamam a população para governar junto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 17h57min.)

* * * * *